

Relatório & Contas

2015





ÍNDICE

1. Principais indicadores	4	7. Recursos humanos	25
2. Mensagem do presidente do conselho de administração	5	7.1. Distribuição por vínculo jurídico	26
3. Enquadramento da comissão executiva	6	7.2. Distribuição funcional	26
4. Principais referências	7	7.3. Distribuição por género	26
4.1 Estrutura acionista	8	7.4. Distribuição por escalão etário	26
4.2 Órgãos sociais	8	7.5. Distribuição por antiguidade	26
4.3 Marcos da actividade	9	7.6. Distribuição por escolaridade	27
4.4 Estratégia e modelo de negócio	12	7.7. Formação	27
4.5 Presença geográfica e canais	13	8. Responsabilidade social	29
5. Enquadramento macroeconómico e financeiro	15	9. Análise financeira	31
5.1. Contexto internacional	16	9.1. Balanço	32
5.2. Contexto nacional	17	9.2. Demonstração de resultados	32
6. Principais áreas de negócio	21	10. Proposta de aplicação de resultados	35
6.1. Posicionamento competitivo	22	11. Demonstrações financeiras	37
6.2. Banca de retalho – particulares e pequenos negócios	24	12. Notas às demonstrações financeiras	43
6.3. Banca corporativa	24	13. Parecer do auditor externo e relatório e parecer do conselho fiscal	87
6.4. Crédito por sector de actividade	24		



1. PRINCIPAIS INDICADORES

	CVE milhões	2014	2015	Valor	Δ%
INDICADORES DO BALANÇO					
Activo Líquido		23 533 332	24 959 577	1 423 862	6,05%
Disponibilidades		4 038 922	2 704 040	-1 334 882	-33,05%
Títulos da Dívida Pública		2 407 802	2 356 709	-51 093	-2,12%
Crédito a clientes Líquido		12 806 990	12 982 862	175 871	1,37%
Crédito a clientes bruto		14 197 702	14 376 389	227 551	1,60%
Crédito e juros vencidos		3 698 956	3 322 832	-376 124	-10,17%
Imparidade de crédito a clientes		1 390 712	1 393 527	8 634	0,63%
Recursos de clientes		20 796 111	22 129 553	1 417 820	6,92%
Depósitos de Clientes		20 388 097	21 805 917	1 417 820	6,95%
Capitais Próprios		1 730 195	1 737 293	5 323	0,31%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO					
Produto Bancário		598 736	662 534	63 797	10,66%
Custos de Estrutura		556 729	564 163	7 435	1,34%
Resultados Brutos de Exploração		42 007	98 371	56 363	134,17%
Resultado Antes de Impostos		10 474	7 389	-3 085	-29,46%
Resultado Líquido		10 474	5 063	-5 412	-51,67%
OUTROS INDICADORES					
Rentabilidade					
Resultado Líquido /Activo Médio		0,04%	0,02%		-0,07pp
Resultado Líquido /Capitais Próprios Médios		0,60%	0,29%		-0,92pp
Solvabilidade e Transformação					
Capitais Próprios/ Activos		7,35%	6,96%		-0,40pp
Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes)		68,27%	64,96%		-3,45pp
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)		11,74%	12,52%		0,78pp
Qualidade dos Activos					
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto		26,05%	23,11%		-3,01pp
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " n° 150/DSE/2009)		18,66%	16,61%		-2,05pp
Imparidade do Crédito /Crédito Líquido		10,86%	10,73%		-0,13pp
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos		37,60%	41,94%		4,47pp
Produtividade e Eficiência					
Margem Complementar/Produto Bancário		39,14%	29,61%		-9,53pp
Custos Estrutura/Produto Bancário		92,98%	85,15%		-7,83pp
Nº de Empregados		119	128	3	-2,27%
Nº de Agências		9	9	0	0,00%
Empregado por Agência		13	14	-1	-6,82%
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados		290 657	282 674	18 853	7,19%
(Créditos+Depósitos)/nº Agências		3 842 867	4 020 256	182 819	4,75%



2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A recente evolução da economia, quer local quer global, não diminui o enorme desafio e a elevada exigência colocada, nos últimos anos, aos agentes económicos e, em particular, ao sistema financeiro, e à gestão das respectivas organizações e iniciativas empresariais.

Foi neste contexto que o Banco desenvolveu, no último ano, a sua actividade tendo sempre presente o seu objectivo maior - ter cada vez mais e melhores clientes e os satisfazer - mas focado em três vectores que foram enunciados, pelo Conselho de Administração, como cruciais para assegurar a sustentabilidade da instituição: recuperar a rentabilidade (de exploração e do capital), melhorar a qualidade dos activos (incrementando os que geram fundos e diminuindo os outros), qualificar os recursos (em particular os recursos humanos).

Os indicadores detalhados constantes do Relatório e Contas do exercício de 2015, sobre estas e outras matérias, permitem reiterar a convicção de que os esforços, activa e voluntariamente

conduzidos pela Comissão Executiva, que se têm vindo a fazer para um bom desempenho do Banco estarão no bom sentido e são motivo encorajador para os podermos prosseguir.

Uma última mas não menos importante palavra de sincero agradecimento: pela preferência e fidelidade dos clientes, pela dedicação e empenho dos trabalhadores, pelo suporte e apoio dos accionistas, pela diálogo e bom relacionamento com os demais órgãos sociais e, também, pela profícua interacção com as entidades auditoras e supervisoras.

Alfredo Antas Teles

Presidente do Conselho de Administração



3.ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2015 foi pleno de desafios para a nossa Instituição e para o mercado.

Assistimos a uma evolução muito tímida da actividade económica, num clima nacional e internacional ainda muito contraído.

O Banco Interatlântico procurou ultrapassar alguns dos seus principais desafios, decorrentes dos anos menos favoráveis do passado recente, em cumprimento do mandato recebido de Melhorar a Rentabilidade, Mitigar os Riscos e Qualificar os seus Recursos, desenvolvendo iniciativas de melhoria que foram transversais ao Banco e que, esperamos, já se reflectiram num melhor serviço aos Clientes.

Foi assim possível duplicar o resultado antes de impostos e imparidades, face a 2014, reduzindo custos e aumentando o crédito à economia.

Em 2015, foram concedidos c. 2,7 milhões de contos de crédito novo às empresas e c. 1,2 milhões de contos de crédito novo a particulares. Estes valores representam um acréscimo de c. 60% face aos montantes concedidos em 2014.

Foram muitas as iniciativas implementadas pelo Banco para fazer face às dificuldades existentes: alterações na gestão comercial e das propostas dos clientes, visando melhorar a capacidade de resposta do Banco; reforço da gestão dos riscos, reforço do acompanhamento do crédito e das situações de incumprimento, lançamento de novos produtos, entre outras.

Conscientes de que há ainda muito por fazer, o Banco lançou também outras alterações internas que irão melhorar o relacionamento com os clientes, visando aumentar a qualidade do serviço prestado.

Este trabalho tem sido alicerçado numa equipa de colaboradores empenhada e diligente, muito consciente da necessidade de melhorar.

Não podemos deixar de lhes agradecer aqui este grande esforço, assegurando que iremos prosseguir este caminho de melhoria contínua.

De igual modo temos de salientar a relação estabelecida com as autoridades de supervisão, de elevado profissionalismo e exigência, contribuindo dessa forma para a melhoria dos processos internos do Banco.

Uma palavra também para os nossos accionistas, que nos têm apoiado com diligência.

Por fim, nota de reconhecimento aos nossos clientes, razão de ser do Banco, pela sua preferência e pelas suas sugestões de melhoria que procuramos reflectir na nossa actuação.

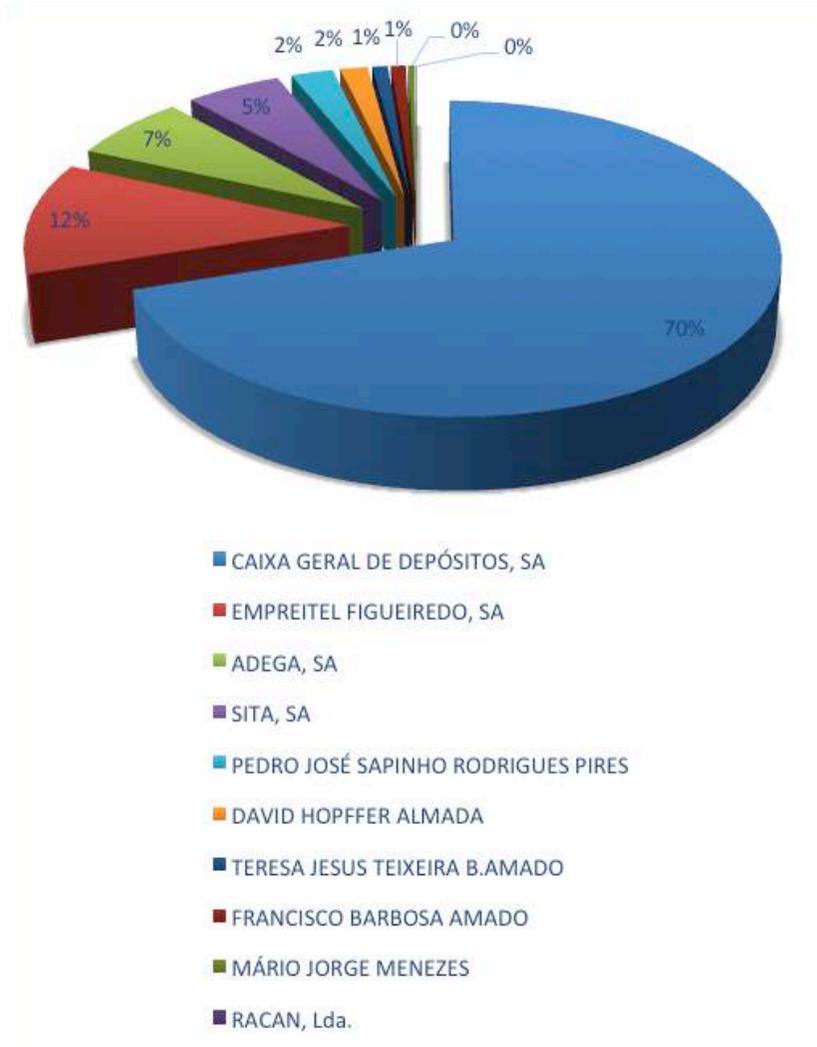
A Comissão Executiva

4. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS





4.1 ESTRUTURA ACCIONISTA



4.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

David Hopffer Cordeiro Almada

Secretário

Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado

Secretário

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Alfredo Manuel Antas Teles

Vice-Presidente

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Vogal

Pedro Gomes Soares

Vogal

Manuel Fernando Monteiro Pinto

Vogal

António Carlos Moreira Semedo

Vogal

Jorge Fernando Gonçalves Alves

Vogal

Adalberto Oliveira Mendes

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Pedro Gomes Soares

Vogal

Manuel Fernando Monteiro Pinto

Vogal

António Carlos Moreira Semedo

CONSELHO FISCAL

Presidente

João de Sousa Martins

Vogais

Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

Vogais

Pedro José Sapinho Rodrigues Pires

Vogal Suplente

Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

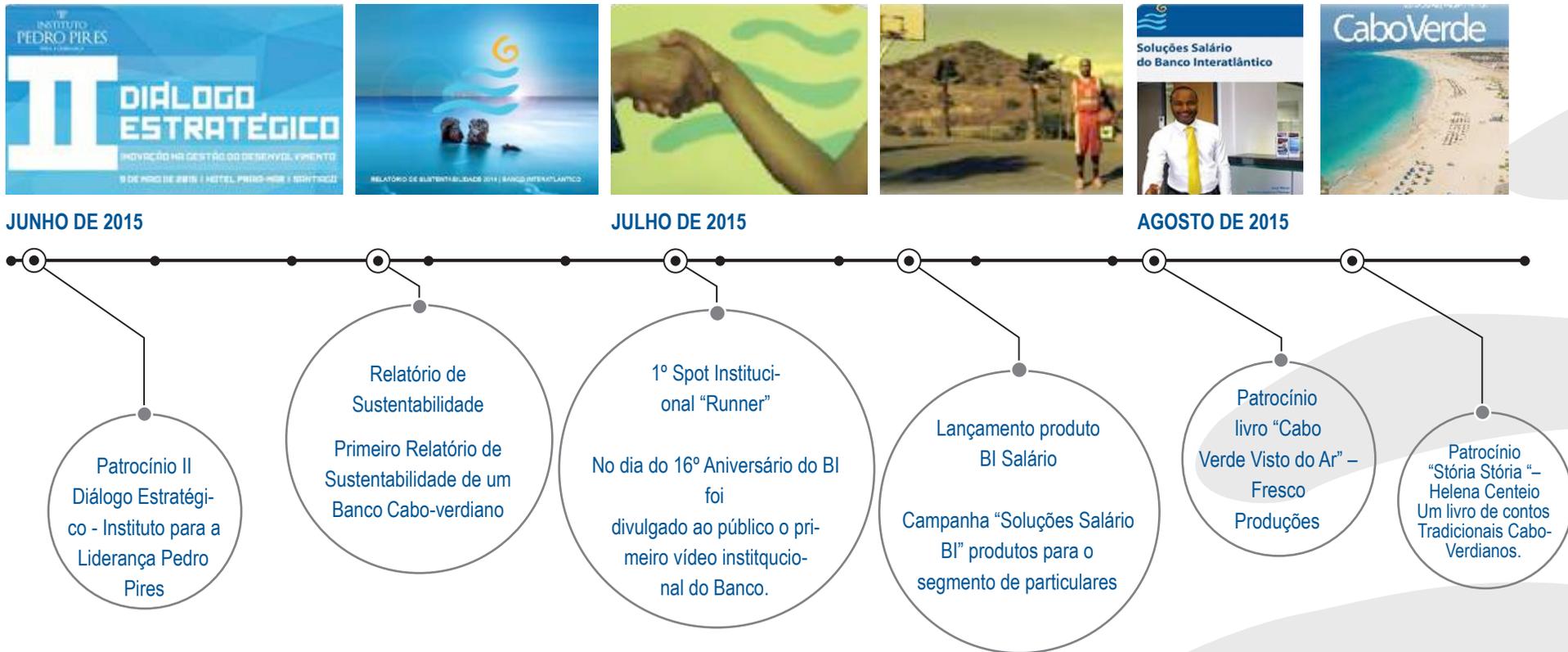


4.3 MARCOS DA ACTIVIDADE





4.3 MARCOS DA ACTIVIDADE





OUTUBRO DE 2015



Patrocínio
Nas Rotas dos
Tubarões Azuis
José Mário Correia

Documentário
e livro sobre os 40
anos de história da
Seleção Nacional





4.4 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Desde a sua criação que o Banco Interatlântico prossegue a diferenciação do seu modelo de negócio, apostando na inovação, proximidade e fortalecimento das relações de confiança com os seus clientes como principais motores do seu crescimento.

A responsabilidade social e a responsabilidade ambiental levam o Banco a buscar soluções inovadoras e de inclusão financeira no seu relacionamento com os stakeholders, sempre cultivando e promovendo os pilares fundamentais da relação bancária: confiança, rigor e segurança.

Neste ano de 2015, a atividade do Banco esteve fortemente orientada para o desenvolvimento dos seus objectivos estratégicos visando, em particular, a melhoria sensível do serviço prestado aos clientes e à comunidade, melhorando a rentabilidade, mitigando os riscos e qualificando os seus recursos.

QUALIDADE DE SERVIÇO

A capacitação da rede comercial, enquanto instrumento primordial de serviço ao cliente, foi objecto de relevantes acções de formação através do apoio de profissionais com vários anos de experiência noutros mercados e que nos trouxeram importantes benefícios, para desenvolver e potenciar as aptidões pessoais dos colaboradores, as profissionais e a sua atitude, preparando o BI para melhorar o seu atendimento e qualidade de serviço, sempre com o foco nas necessidades dos clientes.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A aposta na Inovação passa pela adequada capacidade dos meios tecnológicos e, assim, foi

iniciado um processo de profunda alteração tecnológica que verá as suas mais relevantes implicações chegar ao mercado a partir do final do primeiro trimestre de 2016 e ao longo de todo o ano.

Tem sido um esforço de toda a equipa do Banco, mas com um empenho irredutível face aos benefícios que já sabemos conseguir materializar.

ORGANIZAÇÃO E NORMAS

Parte importante de todo o processo de melhoria que o Banco tem atravessado passa pela sua organização e pelo seu normativo que deve estar completo e adaptado ao um mercado bancário desenvolvido e de primeiro mundo.

Esperamos que as melhorias de performance que já notamos no final de 2015 se aprofundem e tornem muito mais visíveis durante 2016.

SUSTENTABILIDADE

Em 2015 lançámos o primeiro Relatório de Sustentabilidade no Sector Financeiro Nacional. Aprovámos a nossa política de sustentabilidade, que incluiu, entre outras iniciativas, a formação geral de sustentabilidade aos colaboradores, iniciando um processo de mudança interna que pretende introduzir as práticas em sustentabilidade nos processos de produção internos, na oferta de produtos e serviços e na gestão e controlo de custos.

INTERAÇÃO

E porque uma Instituição é os seus Valores e a sua Cultura, criámos um novo canal de comunicação interna, enquanto veículo de transmissão de conhecimento, inovação e de interacção.



4.5 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAIS

O Banco manteve a sua Rede Comercial com 9 Agências, presentes nas ilhas que integram os principais centros urbanos e populacionais do país, maioritariamente na ilha de Santiago (5), aonde está localizada a sua Sede e os dois Gabinetes (Particulares e Empresas).

Sendo parte da nossa estratégia a contínua procura de soluções que melhor se adequem a cada segmento, criámos mais um canal de atendimento personalizado para Grandes Clientes e aprofundámos a segmentação dos restantes, num esforço orientado a melhor servir o cliente que ficará concluído no primeiro semestre de 2016.

Para além da sua rede de agências, o Banco tem a segunda maior Rede de Caixas Automáticas (ATM'S) do país, contando com 40 ATM's num universo de 169 equipamentos ao

nível nacional. Durante 2015 fomos o Banco de apoio de um total de 3.547.926 transacções efectuadas na Rede24, o que corresponde a 17,8% do total das transacções realizadas em ATM e apesar de apenas estarmos presentes em 4 ilhas. Destaque ainda para as transacções com cartões Visa e Mastercard, em que 21% do total foram realizadas através de uma ATM do BI.

Crescemos o parque de POS em 9% o que corresponde a uma quota de 19,16%, espelhando o esforço do Banco no suporte à economia e aos seus empresários.

Também os cartões de débito do BI cresceram c. 10,4%, o maior crescimento percentual de entre os 3 principais Bancos do mercado, segundo os dados da SISP.



Tipo de Transação	Bin@net			Rede Vinti4		
	dez-14	dez-15	Δ%	dez-14	dez-15	Δ%
Consulta Movimentos	636 665	712 962	12%	65 592	71 506	9%
Consulta Contas Ordem	74 886	89 014	19%	276 852	318 578	14%
Pedido Cheques	97	96	-1%	120	95	-21%
*Transferência Interna	43 102	44 826	4%	3 244	3 886	20%
*Transferência p/ OIC	17 422	18 828	8%			
Pagamento de Serviços	1 768	1 938	10%	2 313	6 523	182%
Carregamento telemóveis	16 255	15 821	-3%	73 345	63 113	-14%
	790 195	883 485	12%	421 466	461 701	10%

Reflexo da modernização do mercado e dos clientes é o facto de registarmos novamente um crescimento significativo no número de clientes que aderiram ao internet banking do BI (Bin@Net): mais 11,6% face a 2014.





5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO



5.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global terá crescido no primeiro semestre, 2,9 por cento, cerca de 0,3 pontos percentuais abaixo da evolução antecipada em Abril. O abrandamento do crescimento global foi determinado, sobretudo, pelo enfraquecimento da actividade económica nas economias emergentes e em desenvolvimento, em resultado, na perspectiva do FMI: do agravamento das condições externas de financiamento, tendo os seus influxos de capitais desacelerado marcadamente; do impacto da redução dos preços das matérias-primas (energéticas, alimentares e metais preciosos) e da depreciação cambial nas economias exportadoras de commodities; do efeito maior que o antecipado nas economias vizinhas e na economia africana da transição do modelo de crescimento económico da China; da persistência de conflitos geopolíticos e domésticos no Leste Europeu, no Médio Oriente e em algumas economias africanas, bem como do recrudescimento de instabilidades relacionadas a actos de terrorismo.

O desempenho das economias avançadas, contudo, favorecido, globalmente, pela redução dos preços das matérias-primas, pela manutenção de condições de financiamento acomodaticias, por algum alívio na política de consolidação orçamental, bem como pela melhoria das condições dos seus mercados de trabalho, tem sustentado o crescimento económico mundial.

Com efeito, de acordo com o Bureau of Economic Analysis, o produto interno bruto dos EUA, um importante parceiro económico do país, cresceu, respectivamente, em termos homólogos 2,9, 2,7 e 2,2 por cento no primeiro, segundo e terceiro trimestres, que compara a 1,7, 2,6 e 2,9 por cento do ano anterior.

INDICADORES INTERNACIONAIS

WORLD ECONOMIC OUTLOOK

	Crescimento Real do PIB em %		
	2014	2015 ^P	2016
PRODUTO MUNDIAL	3,4	3,1	3,6
Economias Avançadas	1,8	2,0	2,2
EUA	2,4	2,6	2,8
Área do Euro	0,9	1,5	1,6
Alemanha	1,6	1,5	1,6
França	0,2	1,2	1,5
Itália	-0,4	0,8	1,3
Espanha	1,4	3,1	2,5
Japão	-0,1	0,6	1,0
Reino Unido	3,0	2,5	2,2
Economias Emergentes / Desenvolvimento	4,6	4,0	4,5
Brasil	0,1	-3,0	-1,0
Rússia	0,6	-3,8	-0,6
Índia	7,3	7,3	7,5
China	7,3	6,8	6,3
África Subsariana	5,0	3,8	4,3

P - Projecção

Fontes: IMF – World economic Outlook-Jan2015; Boletim Estatísticas BCV-Nov.2014



5.2. CONTEXTO NACIONAL

A economia do principal parceiro económico do país, a Área do Euro, reforçou a tendência de recuperação, da mais longa recessão da sua recente história, ao longo dos três trimestres de 2015, não obstante as instabilidades sociais e políticas que afetaram, particularmente no início do verão, a consolidação do balanço do Estado grego, com algum impacto na confiança dos investidores.

O PIB da Área do Euro registou crescimentos na ordem dos 1,2, 1,5 e 1,6 por cento, respetivamente, em termos homólogos nos primeiros três trimestres do ano, que comparam a crescimentos de 1,1, 0,8 e 0,8 por cento registados nos trimestres homólogos do ano anterior. O melhor desempenho económico da região foi determinado pelos contributos positivos do consumo privado e das exportações líquidas, impulsionados principalmente pela redução do preço das matérias-primas e pela depreciação do euro, num contexto de alguma melhoria da confiança dos agentes económicos e de implementação de medidas de política monetária excepcionalmente acomodáticas.

Note-se que a política de aquisição de ativos implementada desde setembro de 2014 pelo Banco Central Europeu (BCE), em complemento à manutenção das suas taxas de juro de referência em níveis excepcionalmente baixos, foi alargada aos títulos soberanos em março de 2015. Face à manutenção de pressões deflacionistas, à perspectiva de crescimento modesto e desigual entre os países da região monetária, ao abrandamento do crescimento das economias emergentes, num quadro de persistência de alguma fragmentação financeira, o BCE admite manter, para além de setembro de 2016, as medidas não convencionais de política monetária.

EVOLUÇÃO GLOBAL

De acordo com o Relatório de Política Monetária do Banco de Cabo Verde, o modesto crescimento económico dos principais parceiros do país e a melhoria gradual das condições do seu mercado de trabalho têm favorecido o crescimento das remessas de emigrantes e a recuperação da procura turística dirigida a Cabo Verde. Por seu turno, a contida evolução dos preços no consumidor na Europa e nos EUA (ainda que indesejável no seu caso, por condicionar a transmissão monetária), bem como a redução generalizada dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas importadas têm contribuído, igualmente, em boa medida, para o reforço do rendimento disponível bruto real das famílias cabo-verdianas e para a redução das faturas com a importação nacional.

Os dados do Instituto nacional de estatística indiciam uma taxa de crescimento do PIB de 0,5%, para o 1º semestre de 2015, consideravelmente inferior à de 3,6% registada no mesmo período homólogo.

De igual modo o Banco Central de Cabo Verde reviu em baixa a taxa de crescimento do PIB de 2,5% - 3,5% para 1- 2% como reflexo de um menor desempenho do lado da Procura derivado em grande parte dos cortes realizados no investimento público, do fraco desempenho do sector agrícola, da diminuição registada no Investimento Directo estrangeiro e ainda da evolução menos favorável do financiamento bancário a empreendimentos privados.

O Economist Intelligence Unit para Cabo Verde estima que o crescimento económico em 2015 terá sido de 1,7% - inferior em 1 p.p. ao registado no ano anterior. Realça ainda que Cabo Verde continua a ser um país vulnerável a choques externos devido à sua forte dependência de bens importados, aos estreitos laços com a zona Euro – principal fonte de receitas do turismo, de Investimento Directo Estrangeiro e de remessa de emigrantes.



	2014a	2015b
PIB a preços de mercado (CVE bn)	155,5	163,2
PIB (US \$ m)	1871,2	1640
Crescimento real do PIB (%)	2,7	1,7
Inflação de preço ao consumidor (av)	0,2	0,2
População ('000)	514	521
Exportações de Bens (US \$ m)	253,3	212,6
Importações de Bens (US \$ m)	853,6	767,3
Saldo da Balança corrente (US \$ m)	-164,6	-91
Reservas Cambiais de Ouro excl (US \$ m)	510,9	431,4
Taxa de Câmbia (av) CVEs : US \$	83,1	99,5

a. Actual

b. Estimativa

Fonte: Economist Intelligence Unit

Os preços mantiveram uma evolução favorável ao consumidor, tal como no ano anterior. A inflação media anual manteve-se negativa até Março de 2015 em -0,4%, atingiu os 0,1% em Outubro e prevê-se situar entre zero a 0,2% no final de 2015.

A evolução da inflação importada, derivada da redução dos preços das matérias primas energéticas e não energéticas, bem como do IPC registados nos principais mercados fornecedores compensou a subida dos preços dos produtos agrícolas produzidos internamente

devido à seca de 2014 e contribuiu para a melhoria do rendimento disponível das famílias. Nas contas externas de registar uma contracção significativa do défice da Balança Corrente determinada pelo expressivo aumento das remessas de emigrantes e dos donativos ao Estado de Cabo Verde bem como pela forte recuperação das receitas do turismo e redução do preço e volume das importações de bens. A evolução favorável da Balança Corrente não foi contudo suficiente levando à quebra das reservas líquidas internacionais para valores na ordem dos 35 milhões de euros, devido ao aumento das aplicações dos Bancos no exterior e à redução dos desembolsos da dívida externa.

Perspectiva-se a melhoria do cenário macro económico no último trimestre de 2015 o que sustenta a expectativa de um crescimento económico em 2015 entre um a dois por cento, essencialmente derivado pelo reforço da procura turística, do aumento do rendimento do rendimento disponível das famílias e da sua confiança, esta última motivada pelos bons resultados esperados do ano agrícola de 2015, a um crescimento mais acelerado do crédito ao sector privado e, conseqüentemente, da execução de alguns empreendimentos privados.

POLÍTICA E SITUAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

De acordo com o Relatório do Banco de Cabo Verde, a oferta de moeda, expressa pelo agregado M2, aumentou 5,5 por cento em termos homólogos até Outubro (8,8 por cento em Outubro de 2014), determinada, por um lado, pela contínua melhoria da posição externa do país e, por outro, pelo crescimento moderado do crédito interno líquido.

Os Activos Externos líquidos do país cresceram 7,8 por cento até Outubro, em função do aumento na ordem dos 4,5 por cento do stock das reservas internacionais líquidas do país e do crescimento muito significativo das aplicações dos bancos comerciais de curto prazo no exterior (19 por cento), aliado à redução expressiva dos seus passivos de médio e longo prazo (24 por cento). O crescimento do crédito interno líquido permaneceu, entretanto, moderado, essencialmente devido ao abrandamento do recurso do Estado ao endividamento interno (o crescimento do crédito bruto ao governo central reduziu dos 23,5



por cento em período homólogo para 6,6 por cento), numa conjuntura de forte recuperação das receitas fiscais e de crescimento acelerado dos donativos ao país.

Contrariamente à dinâmica do crédito ao sector público administrativo, o crédito à economia cresceu 2,1 por cento, recuperando de uma queda de 0,9 por cento em período homólogo. Para o comportamento mais favorável do crédito bancário contribuíram a duplicação dos empréstimos concedidos às empresas públicas (dos ramos imobiliários e de transportes aéreos) e o crescimento na ordem dos 0,7 por cento dos empréstimos concedidos a empresas privadas (dos ramos de comércio a retalho, restaurantes e hotéis, indústria química e alimentar) e a particulares.

A redução dos custos de financiamento (as taxas de juro activas reduziram 0,85 pontos percentuais entre Outubro de 2014 e Outubro de 2015) terá, por um lado, influenciado positivamente a procura de crédito.

Por outro lado, do lado da oferta de crédito, o comportamento da banca estará alinhado com algum aumento da procura elegível, numa conjuntura de contínua diminuição da rentabilidade dos títulos do Tesouro e do Banco de Cabo Verde e de uma redução do crédito com imparidade (na ordem dos sete por cento até Setembro, em função sobretudo da dação de imóveis em cumprimento).

Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento dos bancos, continuaram a registar crescimentos significativos, embora em desaceleração (em Outubro, em termos homólogos, os depósitos totais e dos emigrantes cresceram, respectivamente, 5,5 e 8,9 por cento), contribuindo para o contínuo aumento da liquidez no sistema bancário, não obstante a redução em termos médios das taxas de juro em 0,22 pontos percentuais



6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO





6.1. POSICIONAMENTO COMPETITIVO

A evolução do posicionamento competitivo do BI em 2015 foi analisada com base na informação disponibilizada pelo BCV e que respeita, no momento, a Setembro de 2015. Por esta razão, as evoluções reais do ano podem vir a sofrer alterações quando se conhecerem os dados finais do ano.

O BI terá crescido a sua quota de mercado, em volume de negócios, acima dos restantes concorrentes, com base nos dados do sistema de Setembro de 2015.

Volume de Negócios	Dez 15 - Dez 14			
	dez-14	dez-15	Valor	%
Sistema	259 372	265 256	5 884	2,27%
BI	34 263	35 997	1 734	5,06%
Quota Mercado	13,21%	13,57%		0,36 pp

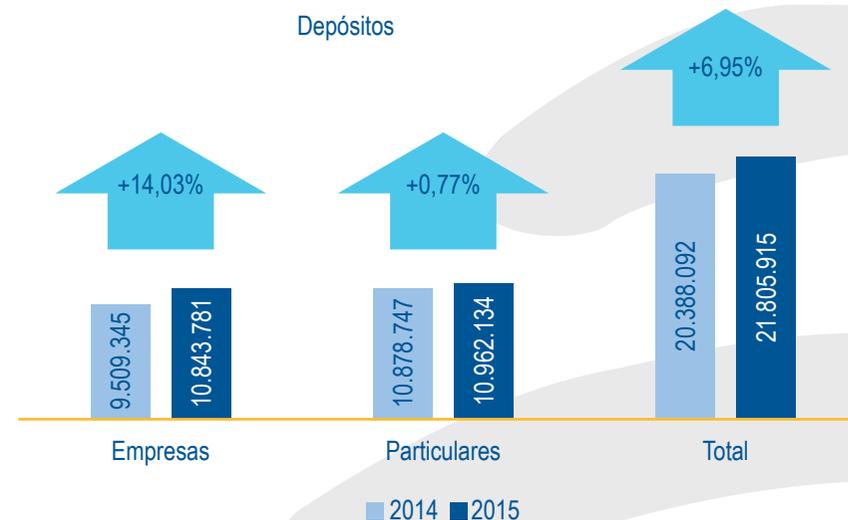
Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

Os recursos de clientes cresceram 6,41%.

Recursos dos Clientes	Dez 15 - Dez 14			
	dez-14	dez-15	Valor	%
Sistema	160 561	165 940	5 379	3,35%
BI	20 796	22 130	1 333	6,41%
Quota Mercado	12,95%	13,34%		0,38 pp

Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

Verificou-se uma pequena alteração na estrutura dos depósitos, com um crescimento mais acentuado no segmento das empresas:





Ao nível da concessão de crédito à economia, o BI cresceu, face a 2014 e em termos líquidos (considerando as naturais amortizações, cerca de 3% face a 2014. As estimativas do sector apontam para um crescimento do mercado de apenas 0,5%. Assim, o BI terá aumentado a sua quota para 14%.

Crédito Bruto	dez-14	dez-15	Dez 15 - Dez 14	
			Valor	%
Sistema	98 811	99 316	505	0,51%
BI	13 467	13 867	400	2,97%
Quota Mercado	13,63%	13,96%		0,33 pp

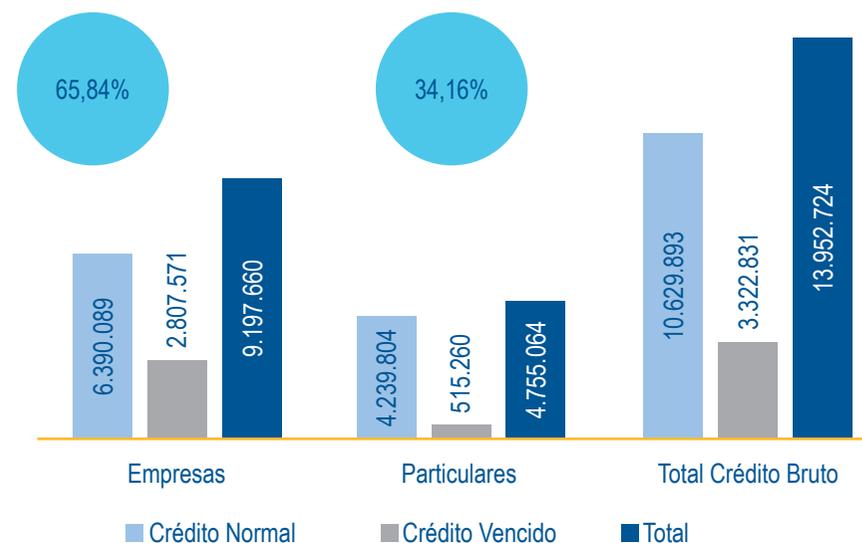
Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

Considerando apenas as novas operações de crédito, verificou-se uma alteração expressiva da dinâmica comercial, com particular destaque para o segundo semestre de 2015, com um aumento do crédito novo de c. 67% face a 2014.

Salientamos com particular enfoque o esforço de apoio à economia e às empresas, com c. 2,7 milhões de contos de novo crédito concedido a este segmento.

A distribuição do crédito por segmentos apresenta o segmento das empresas como aquele que continua a ter o maior peso (66% do total da carteira de crédito vs o crédito a particulares que representa 34%).

Crédito (mCVE)



Destaque ainda para a redução em cerca de 10% do crédito vencido total do Banco, mantendo-se o segmento de particulares como aquele que apresenta taxas de incumprimento mais reduzidas.



6.2. BANCA DE RETALHO PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

O Crédito a Particulares cresceu mais moderadamente que a carteira, na ordem dos 1,9%. Foram concedidas 1.157 novas operações no valor total de 1,2 milhões de contos, e renovadas 588 no valor de 333 mil contos

Particulares e Pequenos Negocios	dez-14	dez-15	Dez 15 - Dez 14	
			Valor	%
Crédito	4 667	4 755	88	1,89%
Depósitos	10 878	10 962	84	0,77%
Volume de Negócios	15 545	15 717		1,11%

Fonte: BCV Setembro 2015 - dados Setembro; Não inclui dívida pública; CVE MIO

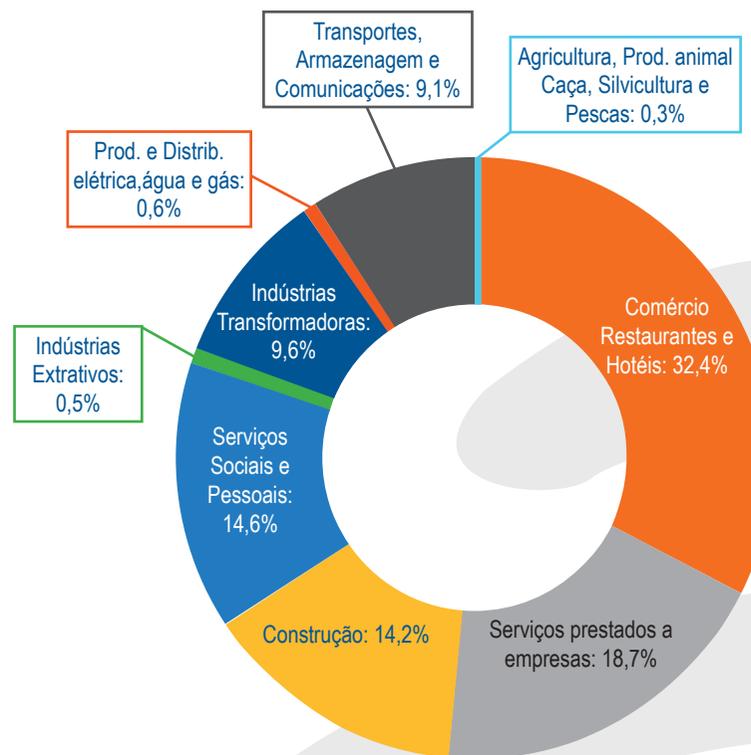
6.3. BANCA CORPORATIVA

Através da rede de agências, do Gabinete especializado em empresas e de uma nova unidade para Grandes Clientes, o BI desenvolveu a sua actuação comercial neste segmento, melhorando o acompanhamento dos melhores clientes e contribuindo decisivamente para o crescimento verificado no número de operações novas e nos montantes de crédito novo concedido (c. 2,7 milhões de contos).

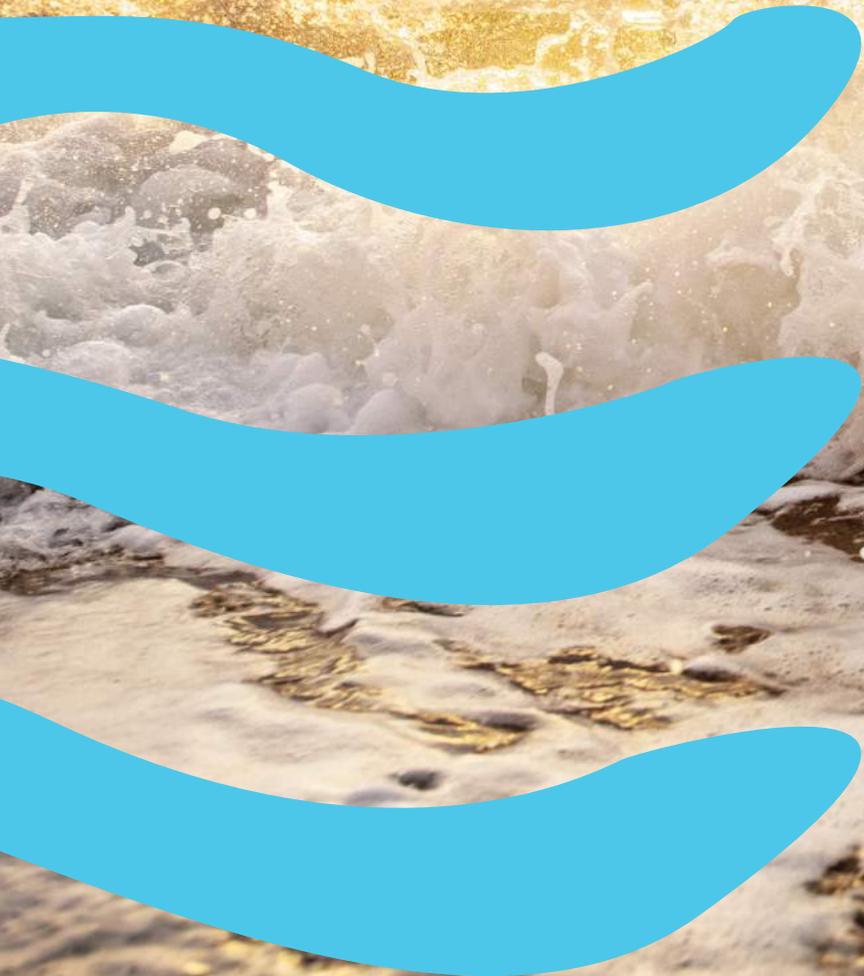
6.4. CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

A estrutura do crédito à economia por sector de atividade manteve-se quase idêntica à do ano anterior.

O sector de maior peso continua a ser o do Comércio, Restaurantes e Hotéis com 32,4% do total da carteira, o que reflete um alinhamento da política de concessão de crédito do Banco com o Mercado – este regista os maiores índices de crescimento do Crédito à Economia no Ramo do Comercio a Retalho, Restauração e Hotelaria, segundo o relatório de Política Monetária do Banco de Cabo Verde.



7. RECURSOS HUMANOS





7. RECURSOS HUMANOS

O Banco terminou o ano de 2015 com um total de 129 colaboradores, uma diminuição de 3 em relação ao ano anterior. Tal como em anos anteriores, existem 2 quadros com funções de gestão, em comissão de serviço em Cabo Verde.

7.1. DISTRIBUIÇÃO POR VINCULO JURÍDICO

Do total de colaboradores, 84 eram efectivos (-1 comparativamente a 2014), 42 possuem contrato por tempo determinado (+ 10 em relação ao ano anterior) e 3 eram estagiários (menos 13 que em 2014).

7.2. DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

Em 2015 manteve-se a predominância da distribuição funcional na área comercial, com 79 colaboradores (61%). Destes 20 desempenham cargos de chefia.

Área Comercial 61%

Órgãos de Chefia 25%
Empregado Bancário 75%

Serviços Centrais 39%

Empregado Bancário 56%
Órgãos de Chefia 34 %
Serviço de Apoio 10%

7.3. DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

O Banco contava com 64% de mulheres no seu quadro de pessoal. Dos 38 quadros de chefia, 26 eram também mulheres (68%).

64% Mulheres

36% Homens

7.4. DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

A média de idades dos empregados é de 35 anos, com predominância na faixa etária entre os 31 e os 40 anos.

7.5. DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

64% do quadro, num total de 83 colaboradores, tinham antiguidade superior a 6 anos e, destes, metade antiguidade superior a 10 anos.

64% - Superior a 6 anos
Dos quais metade superior a 10 anos

36% - < 6 anos



7.6. DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE

60% dos Colaboradores detinham formação superior, 8% Bacharelato, 30% ensino secundário e 2% com o ensino básico.



7.7. FORMAÇÃO

Foram realizadas 18 acções de formação, sendo 4 delas ministradas pelo Banco de Cabo Verde, 2 pela OPACC e 4 ministradas internamente. No cômputo geral estiveram envolvidos 85 Colaboradores, o que corresponde a 67% do total de colaboradores. De salientar que dos 85 formandos, 33 participaram em três formações e 8 em 4 acções de formação. O Banco patrocinou a dois colaboradores um curso de mestrado e uma pós-Graduação.





8. RESPONSABILIDADE SOCIAL





8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O BI prosseguiu com a sua política de Apoio Social atribuindo donativos as instituições parceiras de cariz solidário, essencialmente com foco na redução da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades, privilegiando os idosos e as crianças.

O ano de 2015 foi igualmente o ano de apoio à cultura, através da concessão de patrocínios a várias organizações de cariz artístico e literário como a Associação Mindelact e a Academia Cabo-verdiana de Letras.

Donativos 2015

Associação Desportiva do Banco Interatlântico (ADCRBI)
Paroqui Santíssima Nome Jesus
Operação Carinho
Jardim Black Panthers
Jardim Brincar e Crescer
Fundação Infância Feliz
Fundação Criança Cabo-verdiana
Aldeia SOS
Fundação EPIF
Apoio Alunos de Rotary Club da Praia
Associação do BI

Patrocínios 2015

- Prémio de Estágio
- Cremilda Medina Noite Cabo – Verdiana no Hotel Tropic
- Qtal da Musica – Homenagem Dia da Mulher Cabo-verdiana
- Centro Educativo Miraflores – Comemorações do 10º
- AJOC Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde – Comemorações do dia da liberdade de Imprensa
- Associação Artística e Cultural Mindelact – Livro Caplan Neves
- IPP – Realização do II Dialogo Estratégico
- Casa das Bandeiras – Substituição do tecto do palco da Casa das Bandeiras
- VI Edição POR festa 2015 – Embaixada de Portugal
- Associação Artística e Cultural Mindelact – Preparações da 21ª Edição do Festival - Mindelact 2015
- Associação ADCRBI – Actividades 1º de Maio
- Academia Cabo-verdiana de Letras – Lançamento da 1ª Revista
- Comemorações do 40º Aniversário da Independência de Cabo Verde – Embaixada de Cabo Verde em França
- Helena Centeio – Edição do livro “Storia, Storia: Contos tradicionais de Cabo Verde – Ilha do Fogo”
- Clube Desportivo ABC – Torneio Internacional Basquete sénior
- Fresco Produções – Edição do livro “Cabo Verde visto do Ar”
- Livraria Pedro Cardoso – Edição do livro “O Manduco”
- José Maria Vieira B. Almeida – Edição do livro “Alois de Rolla Dziezaski, um polaco nos destinos de Cabo Verde: Subsídios para uma biografia e Memória de Bissau e suas dependências”
- Hermínia Curado Ferreira – Edição do livro “Padre Campos o Missionário do Espírito Santo”
- Ricardo de Deus – apoio lançamento de um CD
- Jose Mario Mendes Correia – Edição do livro “Nas Rotas dos Tubarões Azuis – 40 anos de história de Selecção Nacional”

9. ANÁLISE FINANCEIRA





9.1. BALANÇO

O Balanço do BI em 2015 espelha as prioridades da gestão, em particular o reforço da concessão de crédito e a redução do crédito em incumprimento.

Verificou-se um aumento de 3% no crédito bruto, dividido entre um crescimento de 10% no crédito a empresas e de 5% no crédito a particulares, com o crédito vencido a reduzir-se c. 10%, contribuindo assim para uma evolução da carteira de +3% em termos líquidos e considerando as normais amortizações.

Foram concedidas 1.450 novas operações de crédito, num total de 4 milhões de contos, o que representa um crescimento de c.67% face a 2014.

O segmento de empresas registou 2,6 milhões de contos de novo crédito e o de particulares c. 1,2 milhões de contos.

Considerando as renovações de crédito, foram tratadas pelo Banco 2.410 operações de crédito em situação normal, num volume total de 9,6 milhões de contos.

Do lado do passivo, registou-se um aumento dos recursos de clientes em c. 6,4% (1,3 milhões de contos).

O rácio de transformação do BI situou-se nos 57%.

O indicador Crédito Vencido/Crédito Total baixou para 24% (27,5% em 2014) graças à redução de c. 10% no crédito vencido, mas ainda assim situando-se em valores que o Banco considera demasiado elevados, justificando a continuação do esforço de recuperação de crédito que foi uma das prioridades em 2015.

A gestão da liquidez que o Balanço apresenta foi essencialmente feita através de aplicações no BCV e em títulos do Tesouro do Estado, tendo o Banco gerido um limite de exposição procurando maximizar a rentabilidade sem comprometer as disponibilidades para concessão de novas operações de crédito.

9.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os principais indicadores de resultados do BI em 2015 registam sensíveis melhorias face a 2014, fruto do esforço e empenho de toda a equipa do BI.

O Produto Global da Actividade cresceu c. 11%, impulsionado pelo aumento da carteira de crédito do Banco e dos montantes de novas operações.

As políticas de racionalização de custos já começaram a materializar algumas poupanças, com uma redução de c. 4% nos gastos de funcionamento do Banco, enquanto que os custos com pessoal apresentaram um aumento de c. 8%, resultantes de alterações de remuneração de diversos colaboradores e da admissão a contrato de colaboradores anteriormente em processos de estágio no Banco.

Em consequência, os Resultados de Exploração mais do que duplicaram (+138%) face a 2014, atingindo os 98 mil contos.

O indicador Cost-to-income situou-se em 85%, melhorando sensivelmente face a 2014 (93%). Agindo com prudência e visando melhorar o grau de cobertura das suas exposições vencidas, o BI alocou a quase totalidade deste resultado ao reforço de imparidades, protegendo e melhorando a solidez do seu balanço. O grau de cobertura do crédito vencido por imparidades aumentou para 42% (37% em 2014) e determinou que o Resultado Líquido fosse inferior ao de 2014.

Este reforço de imparidades cumpre também as recomendações do Banco de Cabo Verde, o qual determinou que o Banco Interatlântico não deve distribuir dividendos aos seus accionistas enquanto os montantes das imparidades constituídas não igualarem os das provisões.



10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta a política de prudência e a vantagem de capitalização do Banco Interatlântico e considerando o resultado líquido do exercício de 2015, propõe-se a seguinte distribuição de Resultados:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Praia, 25 de Fevereiro de 2016



Alfredo Manuel Antas Teles



Teófilo Figueiredo Almeida Silva



Pedro Gomes Soares



Manuel Fernando Monteiro Pinto



António Carlos Moreira Semedo



Jorge Fernando Gonçalves Alves



Adalberto Oliveira Mendes



11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ATIVO	Notas	2015		2014		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
		Ativo Bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	2.704.040	-	2.704.040	4.038.922	Recursos de outras instituições de crédito	15	420.414	314.435
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	613.195	-	613.195	888.818	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	22.129.553	20.796.111
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	290.613	(11.891)	278.722	281.241	Outros passivos subordinados	17	514.914	514.914
Aplicações em instituições de crédito	6	4.952.882	-	4.952.882	2.484.422	Provisões	9	5.733	5.733
Títulos de dívida pública	7	2.356.709	-	2.356.709	2.407.802	Passivos por impostos correntes	13	2.326	-
Crédito a clientes	8	14.376.389	(1.393.527)	12.982.862	12.806.990	Passivos por impostos diferidos	13	6.412	5.715
Ativos não correntes detidos para venda	9	623.925	(91.734)	532.191	165.838	Outros passivos	19	142.931	166.229
Outros ativos tangíveis	10	981.674	(669.825)	311.849	281.481	Total do Passivo		23.222.284	21.803.137
Ativos intangíveis	11	98.443	(82.869)	15.574	5.542				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	73.529	-	73.529	71.674	Capital	20	1.000.000	1.000.000
Ativos por impostos correntes	13	40.928	-	40.928	39.026	Prémios de emissão	21	388	388
Outros ativos	14	112.885	(15.789)	97.096	61.576	Reservas de reavaliação	21	18.731	16.696
						Outras reservas e resultados transitados	21	713.111	702.637
						Resultado do exercício	21	5.063	10.474
						Total do Capital próprio		1.737.293	1.730.195
Total do Ativo		27.225.212	(2.265.635)	24.959.577	23.533.332	Total do Passivo e do Capital Próprio		24.959.577	23.533.332



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	22	1.147.236	1.087.121
Juros e encargos similares	23	(680.897)	(722.725)
MARGEM FINANCEIRA		466.339	364.396
Rendimentos de instrumentos de capital	24	5.074	1.032
Rendimentos de serviços e comissões	25	134.050	151.014
Encargos com serviços e comissões	25	(31.940)	(41.423)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	1.135	2.857
Resultados de reavaliação cambial	26	45.443	40.802
Resultados de alienação de outros activos	27	378	(976)
Outros resultados de exploração	28	42.055	81.034
PRODUTO BANCÁRIO		662.534	598.736
Custos com pessoal	29	(233.015)	(215.071)
Gastos gerais administrativos	30	(279.818)	(290.279)
Amortizações do exercício	10 e 11	(51.330)	(51.379)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	-	(5.733)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(40.006)	(24.842)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(63.960)	(15.301)
Resultados em empresas associadas	12	12.984	14.343
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		7.389	10.474
Impostos			
Correntes	13	(2.326)	-
Diferidos	13	-	-
		(2.326)	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		5.063	10.474
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.000.000	1.000.000
Resultado por acção		0.01	0.01

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Outras reservas e resultados transitados

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.000.000	388	15.644	135.566	639.971	(146.396)	629.141	73.496	1.718.669
Distribuição do resultado do exercício de 2013:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	7.350	66.146	-	73.496	(73.496)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	1.053	-	-	-	-	10.474	11.527
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.000.000	388	16.697	142.916	706.117	(146.396)	702.637	10.474	1.730.196
Distribuição do resultado do exercício de 2014:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	1.047	9.427	-	10.474	(10.474)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	2.034	-	-	-	-	5.063	7.097
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.000.000	388	18.731	143.963	715.544	(146.396)	713.111	5.063	1.737.293

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2015	2014
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	2.731	1.412
Efeito fiscal	(697)	(359)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	2.034	1.053
Resultado líquido do exercício	5.063	10.474
Total do rendimento integral do exercício	7.097	11.527

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1.327.572	1.179.014
Pagamento de juros e comissões	(725.515)	(712.545)
Resultados cambiais	45.444	40.802
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	8.582	53.165
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(538.464)	(500.339)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(1.902)	(2.713)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	<u>115.717</u>	<u>57.384</u>
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.385	53.708
Aplicações em instituições de crédito	(2.465.824)	829.796
Créditos sobre clientes	(190.360)	116.628
Titulos de dívida pública	(50.899)	(990.388)
Outros ativos	(1.150)	2.781
	<u>(2.701.848)</u>	<u>12.525</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	92.554	88.367
Recursos de clientes	1.347.447	3.592.190
Outros passivos	1.852	(12.861)
	<u>1.441.853</u>	<u>3.667.696</u>
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(1.144.278)</u>	<u>3.737.605</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos intangíveis	(11.162)	(4.807)
Outros ativos tangíveis	(27.282)	(43.516)
Ativos não correntes detidos para venda	(443.985)	(168.829)
Dividendos recebidos	16.202	12.952
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(466.227)</u>	<u>(204.200)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1.610.505)	3.533.405
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4.927.740	1.394.335
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.317.235	4.927.740

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

12. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





12. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2016, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2015	2014
1 USD	100,77	90,543

c) Ativos financeiros



Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos detidos para negociação, ou outros ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros ativos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a ações de empresas, são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capital próprio, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como rendimentos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.



Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros enquadrados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

ii) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base coletiva quanto a ativos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000, e de empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias, com exposição superior a mCve. 4.000.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.



Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, incluindo custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.



As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Ativos não correntes detidos para venda”.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

f) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil	
	Adquiridos até 2014	Adquiridos a partir de 2015
Imóveis de serviço próprio	50	50
Equipamento:		
Mobiliário e material de escritório	12	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6	5
Equipamento informático	4	3 - 5
Instalações interiores	8	5
Material de transporte	4 - 5	4 - 5
Equipamento de segurança	5	10
Outro equipamento	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.



O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os ativos tangíveis.

g) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento

das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem



ao impacto da adoção das NIRF e à valorização de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.



Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expectativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda
Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) 5, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IAS 39, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.



p) Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de dezembro de 2015.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

A adoção destas normas não teve um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.



Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já se encontram aprovadas e são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	01/Fev/15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01/Fev/15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo
		Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	01/Jan/16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – "Disclosure Initiative"	01/Jan/16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens materiais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> · uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; · uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; · informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e · outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01/Jan/16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	01/Jan/16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01/Jan/16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	01/Jan/18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01/Jan/18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

Os impactos da aplicação destas normas, nomeadamente no que respeita à IFRS 9, serão objeto de avaliação futura pelo Banco.



3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa		
Moeda nacional	257.265	279.271
Moeda estrangeira	471.867	414.202
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
Moeda nacional	1.974.908	3.345.449
	<u>2.704.040</u>	<u>4.038.922</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 15% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Em 31 de dezembro de 2014, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa correspondia a 18%. Em 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2015 e 2014, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à ordem:		
• Caixa Geral de Depósitos, S.A.	442.600	693.651
• Em outras instituições no estrangeiro	127.969	29.154
• Em instituições no país	3.521	1.014
	<u>574.090</u>	<u>723.819</u>
Cheques a cobrar:		
• Sobre o estrangeiro	5.251	15.232
• Sobre o país	33.854	149.767
	<u>39.105</u>	<u>164.999</u>
	<u>613.195</u>	<u>888.818</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.



5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Instrumentos de capital:		
Valorizados ao justo valor	290.613	293.132
Imparidade:		
Instrumentos de capital (Nota 18)	(11.891)	(11.891)
	278.722	281.241

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	2015				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação	Imparidade
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor				(Nota 21)	(Nota 18)
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	243.955	5.209	(10.011)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	21.256	19.933	-
	240.069		265.211	25.142	(10.011)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	15.307	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	10.095	-	-
	25.402		25.402	-	(1.880)
	265.471		290.613	25.142	(11.891)

n.d. - não disponível

Título	2014				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação	Imparidade
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor				(Nota 21)	(Nota 18)
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	246.337	7.591	(10.011)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	16.143	14.820	-
	240.069		262.480	22.411	(10.011)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	15.307	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	10.095	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
	30.652		30.652	-	(1.880)
	270.721		293.132	22.411	(11.891)

n.d. - não disponível

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A.

No exercício de 2015, o Banco alienou ao Banco Comercial do Atlântico, S.A. a sua participação na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. por mCve. 6.385, tendo registado uma mais valia de mCve. 1.135.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

No exercício de 2014, o Banco alienou a sua participação na Garantia – Companhia de



Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. pelo montante total de mCve. 54.709, tendo utilizado a imparidade registada e registado uma mais valia de mCve. 2.857 na rubrica “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda”.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	100.000	75.000
- Títulos de regularização monetária	150.000	125.000
- Aplicações a muito curto prazo	1.800.000	1.200.000
	<u>2.050.000</u>	<u>1.400.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
· Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	2.546.173	1.063.254
No Ecobank:		
- Depósitos	330.795	-
· Outras instituições de crédito	20.310	18.199
	<u>2.897.278</u>	<u>1.081.453</u>
Juros a receber	5.667	3.046
Proveitos diferidos	(63)	(77)
	<u>4.952.882</u>	<u>2.484.422</u>

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	2.315.963	2.366.862
Juros a receber	40.746	40.940
	<u>2.356.709</u>	<u>2.407.802</u>

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a mCve. 102.000. (Nota 16).



8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Crédito interno a curto prazo:		
· Descobertos em depósitos à ordem	317.014	490.063
· Empréstimos	38.252	33.855
· Descontos comerciais	32.100	22.743
· Outros créditos	98.923	99.018
Crédito interno a médio e longo prazo:		
· Empréstimos	7.499.998	7.151.704
· Créditos em conta corrente	1.725.377	1.169.094
Crédito externo a curto prazo:		
· Habitação	-	8.500
· Descobertos em depósitos à ordem	3.609	1.814
· Outros créditos	2.215	3.892
Crédito externo a médio e longo prazo:		
· Empréstimos	427.504	356.427
· Créditos em conta corrente	144.374	203.447
Crédito ao pessoal	340.527	308.327
Outros créditos e valores a receber - titulados	498.277	675.611
	<u>11.128.170</u>	<u>10.524.495</u>
Juros a receber	37.105	87.180
Comissões e outros proveitos diferidos	(112.144)	(113.356)
Custos diferidos	426	427
Créditos e juros vencidos	3.322.832	3.698.956
	<u>14.376.389</u>	<u>14.197.702</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(1.393.527)	(1.390.712)
	<u>12.982.862</u>	<u>12.806.990</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2015	2014	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	155.700	155.700	6/14/2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	136.099	136.099	7/27/2020
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199	6/14/2027
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie C	55.058	55.058	1/6/2019
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I	30.000	-	9/14/2022
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II	25.000	-	10/14/2022
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie B	29.968	29.968	10/11/2017
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996	7/31/2019
Câmara Municipal do Sal	10.000	11.000	7/15/2025
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	2.667	4.001	12/20/2017
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	666	666	2/18/2017
Tecnivil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G	-	200.000	8/6/2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie B	-	30.000	9/14/2015
	<u>497.353</u>	<u>674.687</u>	
Prémio de emissão	924	924	
	<u>498.277</u>	<u>675.611</u>	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de dezembro de 2014, as obrigações emitidas pela Tecnivil – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. encontravam-se em incumprimento com o pagamento de juros, ascendendo os juros vencidos a mCve. 46.198. No início do exercício de 2015 foi acordada a dação em



RELATÓRIO & CONTAS 2015

cumprimento deste crédito titulado através da entrega de um lote de terreno de 40.923 metros quadrados sito em Cova Minhoto, cidade da Praia, ilha de Santiago (Nota 9).

No exercício de 2015, as obrigações da IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche B foram reembolsadas, tendo ocorrido a emissão de novas obrigações divididas em duas tranches no montante de mCve. 30.000 e de mCve. 25.000 e com maturidade em setembro e outubro de 2022, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	12/31/2015								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	22.581	-	22.581	22.581	-	22.581
Pesca	-	-	-	453	895	1.348	453	895	1.348
Indústrias extractivas	-	-	-	2.743	-	2.743	2.743	-	2.743
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	2.743	-	2.743	2.743	-	2.743
Indústrias transformadoras	-	-	-	763.153	164.242	927.395	763.153	164.242	927.395
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	321.680	16.186	337.866	321.680	16.186	337.866
Indústria têxtil	-	-	-	2.466	-	2.466	2.466	-	2.466
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	26.959	-	26.959	26.959	-	26.959
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	44.332	870	45.202	44.332	870	45.202
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	4.556	118.852	123.408	4.556	118.852	123.408
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	257.570	182	257.752	257.570	182	257.752
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	28.333	-	28.333	28.333	-	28.333
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	5.407	-	5.407	5.407	-	5.407
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	234	-	234	234	-	234
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	71.617	28.151	99.768	71.617	28.151	99.768
Construção	15.554	33.703	49.258	1.130.060	122.775	1.252.835	1.145.614	156.478	1.302.092
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	593.082	206.804	799.886	593.082	206.804	799.886
Transportes, armazenagem e comunicações	15.618	-	15.618	295.449	520.291	815.740	311.067	520.291	831.358
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	1.230.649	468.473	1.699.122	1.230.649	468.473	1.699.122
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	228.020	12	228.032	1.752.786	1.289.669	3.042.455	1.980.806	1.289.681	3.270.487
Actividades imobiliárias	-	-	-	978.598	798.027	1.776.625	978.598	798.027	1.776.625
Outras actividades	228.020	12	228.032	774.188	491.642	1.265.830	1.002.208	491.654	1.493.862
Educação	-	-	-	166.377	-	166.377	166.377	-	166.377
Saúde e segurança social	-	-	-	166.682	708	167.390	166.682	708	167.390
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	6.882	-	6.882	6.882	-	6.882
	259.192	33.715	292.908	6.130.897	2.773.857	8.904.754	6.390.089	2.807.572	9.197.661
Particulares									
Habituação	-	-	-	2.671.297	235.895	2.907.192	2.671.297	235.895	2.907.192
Outros fins	-	-	-	1.568.507	279.365	1.847.872	1.568.507	279.365	1.847.872
	-	-	-	4.239.804	515.260	4.755.064	4.239.804	515.260	4.755.064
	259.192	33.715	292.908	10.370.701	3.289.117	13.659.818	10.629.893	3.322.832	13.952.725



	12/31/2014								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	24.231	820	25.051	24.231	820	25.051
Pesca	-	-	-	1.963	912	2.875	1.963	912	2.875
Indústrias extractivas	-	-	-	3.309	-	3.309	3.309	-	3.309
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	3.309	-	3.309	3.309	-	3.309
Indústrias transformadoras	-	-	-	482.581	50.446	533.027	482.581	50.446	533.027
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	205.571	17.177	222.748	205.571	17.177	222.748
Indústria têxtil	-	-	-	1.811	-	1.811	1.811	-	1.811
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	24.970	-	24.970	24.970	-	24.970
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	27.785	869	28.654	27.785	869	28.654
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	116.840	3.467	120.307	116.840	3.467	120.307
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	-	181	181	-	181	181
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	2.831	-	2.831	2.831	-	2.831
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	610	-	610	610	-	610
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	102.162	28.752	130.914	102.162	28.752	130.914
Construção	15.554	33.703	49.258	1.157.088	223.217	1.380.305	1.172.642	256.920	1.429.562
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	464.319	235.452	699.771	464.319	235.452	699.771
Transportes, armazenagem e comunicações	114.307	-	114.307	549.659	719.139	1.268.798	663.965	719.139	1.383.104
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	919.711	543.955	1.463.666	919.711	543.955	1.463.666
Atividades de informação e de comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	152.912	46.012	198.924	1.564.066	1.217.686	2.781.752	1.716.978	1.263.698	2.980.676
Actividades imobiliárias	-	-	-	760.764	803.060	1.563.824	760.764	803.060	1.563.824
Outras actividades	152.912	46.012	198.924	803.302	414.626	1.217.928	956.214	460.638	1.416.852
Educação	-	-	-	171.072	-	171.072	171.072	-	171.072
Saúde e segurança social	-	-	-	174.628	702	175.330	174.628	702	175.330
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	9.544	4.149	13.693	9.544	4.149	13.693
	282.773	79.715	362.489	5.522.171	2.996.478	8.518.649	5.804.943	3.076.193	8.881.136
Particulares									
Habitação	-	-	-	2.620.611	262.247	2.882.858	2.620.611	262.247	2.882.858
Outros fins	-	-	-	1.423.330	360.515	1.783.845	1.423.330	360.515	1.783.845
	-	-	-	4.043.941	622.762	4.666.703	4.043.941	622.762	4.666.703
	282.773	79.715	362.489	9.566.112	3.619.240	13.185.352	9.848.884	3.698.955	13.547.839



9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015					Saldo em 31-12-2015	
	Saldo em 31-12-2014		Recupe- rações	Alienações	Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18)	Valor bruto	Imparidade
	Valor bruto	Imparidade					
Terrenos	132 639	(10 567)	251 363	-	(12 858)	384 002	(23 425)
Edifícios habitacionais	47 301	(3 535)	-	-	(3 104)	47 302	(6 639)
Outros edifícios	-	-	192 621	-	(61 668)	192 621	(61 669)
	179 940	(14 102)	443 985	-	(77 631)	623 925	(91 734)

	2014					Saldo em 31-12-2014	
	Saldo em 31-12-2013		Recupe- rações	Alienações	Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18)	Valor bruto	Imparidade
	Valor bruto	Imparidade					
Terrenos	-	-	132 639	-	(10 567)	132 639	(10 567)
Edifícios habitacionais	11 111	-	47 301	(11 111)	(3 535)	47 301	(3 535)
	11 111	-	179 940	(11 111)	(14 102)	179 940	(14 102)

Nos exercícios de 2015 e 2014 foram recuperados por via judicial ou recebidos em dação em cumprimento imóveis nos montantes de mCve. 443.985 e mCve. 179.940, respectivamente. Em 2015, as recuperações incluem imóveis no valor de mCve. 251.367 recebidos no âmbito de dação em cumprimento relativa a obrigações emitidas pela Tecnical (Nota 8). No exercício de 2014 foram alienados dois imóveis, tendo gerado menos-valias de mCve. 923 registadas na rubrica “Outros resultados de exploração”.

A imparidade registada é determinada tendo em conta as avaliações dos imóveis e as perspetivas de recuperação do Banco.

Adicionalmente, com referência a 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão para o imóvel denominado “Habitação na Praia” uma vez que se encontra a decorrer um processo judicial onde foi solicitada a nulidade do acordo de dação em cumprimento. Em virtude da inexistência de jurisprudência relativamente à situações de natureza idêntica foi entendimento do Conselho de Administração do Banco proceder à constituição de uma provisão de 50% do valor do imóvel líquido de imparidade, no montante de mCve. 5.733.

10. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Descrição	2015					Valor líquido em 31/12/15
	Saldos em 31-12-2014		Adições	Abates líquidos	Imparidade e amortizações do exercício	
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas				
Imóveis de serviço próprio						
. Terrenos	41 594	-	-	-	-	41 594
. Edifícios	148 954	(52 647)	-	-	11 114	107 421
Obras em imóveis arrendados	263 382	(215 494)	2 539	(266)	(12 111)	38 050
	453 930	(268 141)	2 539	(266)	(997)	187 065
Equipamento						
. Mobiliário e material	48 214	(33 287)	1 036	-	(3 081)	12 882
. Máquinas e ferramentas	27 001	(22 388)	990	-	(1 685)	3 918
. Equipamento informático	258 303	(246 564)	32 886	(12)	(12 928)	31 685
. Instalações interiores	14 747	(12 413)	1 355	-	(851)	2 838
. Material de transporte	79 569	(56 966)	10 000	(2 208)	(9 902)	20 493
. Equipamento de segurança	13 950	(12 181)	4 312	-	(1 070)	5 011
. Outro equipamento	46 954	(29 508)	4 353	-	(5 927)	15 872
Outros ativos tangíveis	157	(133)	-	-	(16)	8
	488 895	(413 440)	54 932	(2 220)	(35 460)	92 707
Ativos tangíveis em curso						
. De serviço próprio	2 145	-	-	-	-	2 145
. Despesas em edifícios arrendados	13 786	-	-	-	-	13 786
. Equipamento	8 235	(3 929)	11 840	-	-	16 146
	24 166	(3 929)	11 840	-	-	32 077
	966 991	(685 510)	69 311	(2 486)	(36 457)	311 849



Descrição	2014					Valor líquido em 31/12/14
	Saldos em 31-12-2013		Adições	Abates líquidos	Amortizações do exercício	
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas				
Imóveis de serviço próprio						
. Terrenos	41 594	-	-	-	-	41 594
. Edifícios	147 469	(50 020)	1 485	-	(2 628)	96 306
Obras em imóveis arrendados	263 382	(201 919)	-	-	(13 577)	47 886
	<u>452 445</u>	<u>(251 939)</u>	<u>1 485</u>	<u>-</u>	<u>(16 205)</u>	<u>185 786</u>
Equipamento						
. Mobiliário e material	47 503	(30 494)	571	-	(2 792)	14 788
. Máquinas e ferramentas	25 472	(20 510)	1 669	-	(1 877)	4 754
. Equipamento informático	254 178	(235 121)	5 465	(55)	(12 729)	11 738
. Instalações interiores	14 393	(11 593)	354	-	(819)	2 335
. Material de transporte	70 219	(47 486)	9 350	-	(9 480)	22 603
. Equipamento de segurança	13 814	(10 996)	137	-	(1 185)	1 770
. Outro equipamento	40 561	(24 312)	6 394	-	(5 196)	17 447
Outros ativos tangíveis	157	(117)	-	-	(16)	24
	<u>466 297</u>	<u>(380 629)</u>	<u>23 940</u>	<u>(55)</u>	<u>(34 094)</u>	<u>75 459</u>
Ativos tangíveis em curso						
. De serviço próprio	2 145	-	-	-	-	2 145
. Despesas em edifícios arrendados	-	-	13 786	-	-	13 786
. Equipamento	3 929	(3 929)	4 305	-	-	4 305
	<u>6 074</u>	<u>(3 929)</u>	<u>18 091</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20 236</u>
	<u>924 816</u>	<u>(636 497)</u>	<u>43 516</u>	<u>(55)</u>	<u>(50 299)</u>	<u>281 481</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Ativos tangíveis em curso” inclui mCve. 3.929, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

O Banco tinha registada imparidade para um imóvel de serviço próprio no montante de mCve. 13.744. Em 31 de dezembro de 2015, o Banco reverteu esta imparidade, face a uma análise de rendibilidade da unidade orgânica correspondente (Nota 18).

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Ativos intangíveis” nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2013				Saldos em 31-12-2014				Saldos em 31-12-2015	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Software	82 474	(80 661)	4 807	(1 078)	87 281	(81 739)	11 162	(1 130)	98 443	(82 869)



12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2015				
			Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	61 086	31-12-2015 (*)	874 956	139 921	610 857
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15 000	12 443	31-12-2015 (*)	83 839	(5 999)	82 955
			<u>73 529</u>				

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2014				
			Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	58 361	31-12-2014 (*)	830 740	160 368	583 607
CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	15%	15 000	13 313	31-12-2014 (*)	89 337	(7 209)	88 758
			<u>71 674</u>				

(*) Demonstrações Financeiras provisórias

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de Direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

CVGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Nos termos do disposto no Artigo 1º da Portaria n.º 28/2013 de 15 de Maio foi autorizada a constituição da CVGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (Sociedade) com o

capital social de mCve. 100.000. Trata-se de uma sociedade de garantia mútua que tem como objeto social a realização de operações financeiras em benefício de micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover e a facilitar o seu acesso ao financiamento, quer junto do sistema financeiro, quer no mercado de capitais. O Banco subscreveu 15.000 ações com um valor de mCve. 15.000, correspondentes a 15% do capital da Sociedade. Nos termos do Acordo Parassocial, os accionistas instituições de crédito da Sociedade, concedem à SPMG – Sociedade de Investimento, S.A. uma opção de venda de ações da Sociedade pelo valor nominal a exercer anualmente com referência a 31 de dezembro. Em 23 de dezembro de 2013, foi apresentado o requerimento ao Banco de Cabo Verde para autorização do início de atividade da Sociedade. Em 18 de Dezembro de 2014 foi emitido pelo Banco de Cabo Verde o certificado de registo n.º 05/2014 e a Sociedade passou a constar do registo das Instituições Financeiras e Auxiliares do Sistema Financeiro. O Banco classificou a participação na CVGARANTE como



Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 15%, dado que o Banco faz parte do órgão de administração, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da CV Garante, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2015 e 2014 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	SISP	CV GARANTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	54.250	15.000	69.250
Resultados em Associadas	16.030	(1.686)	14.344
Dividendos recebidos	(11.920)	-	(11.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	58.360	13.314	71.674
Resultados em Associadas	13.855	(871)	12.984
Dividendos recebidos	(11.129)	-	(11.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	61.086	12.443	73.529

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco estava sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), sendo a taxa agregada de imposto 25,5%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	2015	2014
Ativos por impostos correntes		
· Pagamentos por conta e retenções na fonte	(40 928)	(39 026)
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(6 412)	(5 715)

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015		
	Saldo em 31/12/14	Varição em Capital Próprio	Saldo em 31/12/15
Movimentos efetuados por reservas			
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(5 715)	(697)	(6 412)



RELATÓRIO & CONTAS 2015

	2014		
	Saldo em 31/12/13	Varição em Capital Próprio	Saldo em 31/12/14
Movimentos efetuados por reservas			
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(5 355)	(360)	(5 715)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		7 889		10 474
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	2 012	25,5%	2 671
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(19%)	(1 502)	(35,8%)	(3 753)
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	(93,6)	(7 387)	(73,4%)	(7 692)
. Dividendos	-	-	(3,5%)	(370)
Encargos não aceites fiscalmente	22,4%	1 764	21,2%	2 222
Rendimento de obrigações admitidas à cotação	19,4%	1 448	25,9%	2 714
Tributação autónoma	29,5%	2 326	0,0%	-
Outros	46,5%	3 665	192,2%	4 208
	29,5%	2 326	0,0%	-

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco ainda mantém prejuízos fiscais reportáveis não utilizados no montante de mCve. 48.000, relativamente aos quais não registou ativos por impostos diferidos no montante de mCve. 12.000.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015.



14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Devedores e outras aplicações		
. Valores a receber dos Correios de Cabo Verde	12 409	12 409
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	12 648	8 446
. Valores a receber do Grupo	-	236
. Outros	55 486	30 187
Outros ativos		
. Património artístico	1 756	606
Rendimentos a receber		
. Outros	3 142	2 766
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	19 308	12 549
Outras contas de regularização	8 136	10 094
	<u>112 885</u>	<u>77 293</u>
Imparidade de outros activos (Nota 18)	(15 789)	(15 717)
	<u>97 096</u>	<u>61 576</u>

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Recursos de instituições de crédito nacionais		
. Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	298 088	210 509
Protege Corretora Seguros	7 137	6 912
Impar - Comp. Caboverdiana de Seguros SARL	-	4 270
. Ecobank Cabo Verde Soc. Unip. SA	-	16 411
. Outros	-	22
	<u>305 225</u>	<u>238 124</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Descobertos em depósitos à ordem:		
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	27 056	1
. Empréstimos		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	54 545	65 455
Caixa Geral de Depósitos - Euros	27 631	6 223
	<u>82 176</u>	<u>71 678</u>
Juros a pagar	5 957	4 632
	<u>420 414</u>	<u>314 435</u>

Em 14 de outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 euros, para apoio



a projetos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco tinha esta linha utilizada em 494.672 euros e 593.615 euros (mCve. 54.545 e mCve. 65.455, respetivamente).

Em 14 de outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 27.631 e mCve. 6.223, respetivamente.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos de poupança:		
. Poupança jovem	149 427	136 536
Depósitos à ordem		
. De residentes	6 396 726	5 609 370
. De não residentes	1 420 346	1 291 142
. De emigrantes	601 643	532 118
	<u>8 418 715</u>	<u>7 432 630</u>
Depósitos a prazo		
. De residentes	7 608 397	6 938 438
. De emigrantes	3 581 745	3 269 927
. De não residentes	2 047 633	2 610 566
	<u>13 237 775</u>	<u>12 818 931</u>
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
. Obrigações do Tesouro	102 000	102 000
Outros débitos		
. Cheques e ordens a pagar	7 216	77 590
	<u>21 915 133</u>	<u>20 567 687</u>
Juros a pagar	214 420	228 424
	<u>22 129 553</u>	<u>20 796 111</u>



Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusive):

- taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
- taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de julho de 2013 a 8 de julho de 2018;

Alteração do prazo para 10 anos a partir de julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os juros a pagar ascendiam a mCve. 15.245. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 331.

18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015			
	Saldos em 31/12/14	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31/12/15
Imparidade				
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1 390 712	40 006	(37 190)	1 393 528
Imparidade de ativos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	11 891	-	-	11 891
	<u>1 402 603</u>	<u>40 006</u>	<u>(37 190)</u>	<u>1 405 419</u>
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10)	17 673	(13 744)	-	3 929
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	15 717	72	-	15 789
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	14 102	77 632	-	91 734
	<u>47 491</u>	<u>63 960</u>	<u>-</u>	<u>111 452</u>
	<u>1 450 094</u>	<u>103 966</u>	<u>(37 190)</u>	<u>1 516 871</u>

	2014			
	Saldos em 31/12/13	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31/12/14
Imparidade				
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1 388 503	24 842	(22 633)	1 390 712
Imparidade de ativos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40 082	-	(28 191)	11 891
	<u>1 428 585</u>	<u>24 842</u>	<u>(50 824)</u>	<u>1 402 603</u>
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 10)	17 672	-	-	17 672
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	14 518	1 199	-	15 717
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	-	14 102	-	14 102
	<u>32 190</u>	<u>15 301</u>	<u>-</u>	<u>47 491</u>
	<u>1 460 775</u>	<u>40 143</u>	<u>(50 824)</u>	<u>1 450 094</u>



Por instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco Interatlântico apresenta a seguinte menção: O Banco Interatlântico apresenta um diferencial entre provisões e imparidades que, por determinação do Banco de Cabo Verde, deve ser eliminado num prazo de até 6 anos, sendo que o primeiro desses anos é 2015.

A 31 de Dezembro de 2015 este diferencial situava-se em c. 235 mil contos. Em 31 de Dezembro de 2014 o diferencial era de c. 335 mil contos.

Até que esta diferença seja eliminada, determina o Banco de Cabo Verde que o Banco Interatlântico não poderá distribuir dividendos aos seus accionistas ou atribuir bónus aos seus gestores.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	4 527	39 732
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	16 526	14 648
. Previdência social	2 919	2 758
. Imposto sobre o valor acrescentado	1 245	306
Recursos diversos		
. Conta caução	11 243	10 482
Cobrança por conta de terceiros	234	226
Outros	253	253
	<u>36 947</u>	<u>68 405</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	15 320	39 775
Férias por gozar	13 707	13 313
Subsídio de férias	4 287	3 319
Outras Rendas	270	-
Assistencia Médica - Consultas	50	-
	<u>33 634</u>	<u>56 407</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	9 693	9 570
Anuidades de cartões	3 749	3 695
De créditos documentários	1 293	1 232
Outros	338	338
	<u>15 073</u>	<u>14 835</u>
Outras contas de regularização		
Compensação SISP	1 212	13 896
Compensação - Caução	19 583	5 484
Cartões VISA	1 620	2 465
Cheques devolvidos	2 242	2 242
ATM - Multibanco	32 620	-
Outros	-	2 494
	<u>57 277</u>	<u>26 581</u>
	<u>142 931</u>	<u>166 228</u>



Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2015 e 2014, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativas ao exercício de 2015 e 2014, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em janeiro de 2016 e 2015, respetivamente.

20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital do Banco estava representado por 100.000 ações, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Entidade	Número de ações	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70 000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11 687	11,69%
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,73%
Sita, S.A.R.L.	5 447	5,45%
Outros	6 134	6,13%
	100 000	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2015	2014
Prémios de emissão	388	388
Reservas de reavaliação		
. De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	25 142	22 411
. De impostos diferidos (Nota 13)	(6 411)	(5 715)
	18 731	16 696
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	143 963	142 916
. Outras reservas	715 544	706 117
. Resultados transitados	(146 396)	(146 396)
	713 111	702 637
Lucro do exercício	5 063	10 474
	737 293	730 195

Reservas de reavaliação

Refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.



22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	719 412	732 402
. Crédito vencido	136 223	77 875
. Crédito ao exterior	51 472	47 274
. Crédito ao pessoal	9 175	9 472
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	134 366	110 202
. Bilhetes do Tesouro	2 473	3 057
De outros residentes	32 540	50 509
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	4 898	8 546
. No estrangeiro	12 935	3 110
Juros de disponibilidades	-	2
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	43 742	44 672
	<u>1 147 236</u>	<u>1 087 121</u>

Nos exercícios de 2015 e 2014, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 5.892 e mCve. 14.716, respetivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	5 885	5 171
. Depósitos à ordem		
De residentes	23 269	23 663
De não residentes	-	113
. Depósitos a prazo		
De residentes	313 842	349 289
De emigrantes	178 090	163 608
De não residentes	100 841	109 276
	-	-
Juros de passivos subordinados	31 875	32 793
Juros de empréstimos		
. De residentes	11 588	9 655
. De não residentes	2 429	3 004
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	5 892	14 716
Outros juros e encargos similares	7 186	11 386
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	-	51
	<u>680 897</u>	<u>722 726</u>



24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	4 012	-
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	971	971
. VISA International Service Association	91	61
	<u>5 074</u>	<u>1 032</u>

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações sobre instrumentos financeiros	36 648	39 032
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	40 157	36 092
. Comissões na emissão de cheques	11 204	11 329
	<u>51 361</u>	<u>47 421</u>
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	34 192	38 628
. Créditos documentários	6 707	21 260
	<u>40 899</u>	<u>59 888</u>
Outras comissões	5 142	4 763
	<u>134 050</u>	<u>151 104</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas		
. Créditos documentários abertos	5 923	19 720
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	15 751	11 491
. Outras comissões	10 266	10 212
	<u>26 017</u>	<u>21 703</u>
	<u>31 940</u>	<u>41 423</u>



26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	35 166	(4 501)	30 665	27 895	(2 891)	25 004
Resultados em notas e moedas	20 518	(5 740)	14 778	18 157	(2 360)	15 797
	<u>55 684</u>	<u>(10 241)</u>	<u>45 443</u>	<u>46 052</u>	<u>(5 251)</u>	<u>40 802</u>

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis no montante de mCve. 378 e mCve. 976, respetivamente.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	34 983	35 332
. Cartões de crédito	18 264	23 115
. Outros	9 344	10 298
Reembolso de despesas	45	65
Recuperação de crédito	-	26 452
Outros	<u>2 725</u>	<u>6 776</u>
	<u>65 361</u>	<u>102 037</u>
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(6 012)	(4 659)
Donativos e quotizações	(3 326)	(2 431)
Outros	<u>(13 968)</u>	<u>(13 913)</u>
	<u>(23 306)</u>	<u>(21 003)</u>
	<u>42 055</u>	<u>81 034</u>

Em 2015 e 2014, a rubrica “Outros custos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 11.653 e mCve. 11.561, respetivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efetuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respetivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos – outros” e ascendem a mCve. 9.344 e mCve. 10.044 em 2015 e 2014, respetivamente.



Em 2014, a rubrica “Recuperação de crédito”, inclui mCve. 22.445 relativos à recuperação do crédito associado a um imóvel recuperado que se encontrava abatido ao ativo com referência a Dezembro de 2013.

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos empregados	177 388	163 019
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	26 244	25 278
Encargos sociais obrigatórios	23 591	21 591
Outros	5 792	5 183
	<u>233 015</u>	<u>215 071</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2015	2014
Direção	5	5
Coordenadores	8	9
Responsáveis / Gerentes	27	29
Administrativos	84	72
Auxiliares	4	4
	<u>128</u>	<u>119</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os números apresentados acima incluem 32 e 43, respetivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Serviços especializados		
. Serviços de informática	35 857	33 910
. Serviços especializados - SISP	33 192	38 375
. Segurança e vigilância	21 754	18 298
. Honorários	10 485	5 939
. Serviços de limpeza	7 427	7 224
. Assessoria	6 678	-
. Consultoria	3 500	-
. Serviços de auditoria	3 417	4 504
. Serviços de manutenção	301	897
. Outros serviços especializados	16 869	44 364
Rendas e alugueres	30 157	30 918
Água, energia e combustíveis	21 278	24 255
Publicidade e edição de publicações	19 919	19 466
Comunicações e despesas de expedição	16 689	16 245
Impressos e material de consumo corrente	13 312	12 279
Transportes	10 202	8 774
Seguros	9 548	8 587
Deslocações, estadas e representação	9 880	7 132
Conservação e reparação	7 278	5 434
Formação de pessoal	760	2 372
Outros	1 315	1 306
	<u>279 818</u>	<u>290 279</u>



31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Passivos eventuais		
. Garantias e avales prestados	2 635 551	3 137 154
. Créditos documentários abertos	1 120	750 296
	<u>2 636 671</u>	<u>3 887 450</u>
Depósito e guarda de valores	3 487 533	3 694 425
	<u>6 124 204</u>	<u>7 581 875</u>

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.

- **Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2015			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	198 264	669 267	279 705	1 147 236
Juros e encargos similares	(53 077)	(305 724)	(322 096)	(680 897)
MARGEM FINANCEIRA	<u>145 187</u>	<u>363 543</u>	<u>(42 391)</u>	<u>466 339</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	5 074	-	-	5 074
Rendimentos com serviços e comissões	40 505	60 486	33 059	134 050
Encargos com serviços e comissões	(17 852)	(6 861)	(7 227)	(31 940)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	1 135	-	-	1 135
Resultados de reavaliação cambial	-	34 285	11 158	45 443
Resultados de alienação de outros ativos	378	-	-	378
Outros resultados de exploração	-	42 055	-	42 055
PRODUTO BANCÁRIO	<u>174 427</u>	<u>493 508</u>	<u>(5 401)</u>	<u>662 534</u>
Outros custos e proveitos				(657 471)
Resultado líquido do exercício				<u>5 063</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 704 040	-	-	2 704 040
Disponibilidades em outras instituições de crédito	613 195	-	-	613 195
Ativos financeiros disponíveis para venda	278 722	-	-	278 722
Aplicações em instituições de crédito	4 952 882	-	-	4 952 882
Títulos de dívida pública	2 356 709	-	-	2 356 709
Crédito a clientes	-	8 460 059	4 522 803	12 982 862
Recursos de outras instituições de crédito	420 414	-	-	420 414
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	10 776 239	11 353 314	22 129 553
Outros passivos subordinados	514 914	-	-	514 914



	2014			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	185 454	647 287	254 380	1 087 121
Juros e encargos similares	(56 888)	(307 701)	(358 136)	(722 725)
MARGEM FINANCEIRA	128 566	339 586	(103 756)	364 396
Rendimentos de instrumentos de capital	1 032	-	-	1 032
Rendimentos com serviços e comissões	36 325	77 985	36 704	151 014
Encargos com serviços e comissões	(13 811)	(12 760)	(14 852)	(41 423)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2 857	-	-	2 857
Resultados de reavaliação cambial	-	30 272	10 530	40 802
Resultados de alienação de outros activos	(976)	-	-	(976)
Outros resultados de exploração	-	62 850	18 184	81 034
PRODUTO BANCÁRIO	153 993	497 933	(53 190)	598 736
Outros custos e proveitos				(588 262)
Resultado líquido do exercício				10 474
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 038 922	-	-	4 038 922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	888 818	-	-	888 818
Activos financeiros disponíveis para venda	281 241	-	-	281 241
Aplicações em instituições de crédito	2 484 422	-	-	2 484 422
Títulos de dívida pública	2 407 802	-	-	2 407 802
Crédito a clientes	-	8 607 580	4 199 410	12 806 990
Recursos de outras instituições de crédito	314 435	-	-	314 435
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9 610 440	11 185 671	20 796 111
Outros passivos subordinados	514 914	-	-	514 914

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:



RELATÓRIO & CONTAS 2015

	2015						
	Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Promoleasing	Associadas	CV Garante
Ativos:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	442 600	17 848	3 521	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	2 881 299	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Crédito a clientes	-	-	246 337	15 307	-	-	-
Imparidade	-	-	2 678	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	(10 011)	1 880	-	-	-
Passivos:							
Recursos de outras instituições de crédito	-	(27 631)	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(932)	-	(87 932)	(72 264)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(28 000)	-	-	-
Outros Passivos	-	(90)	-	-	-	(2 781)	-
Extrapatrimoniais:							
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos:							
Juros e rendimentos similares	-	-	218	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	-	47 260	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1 135	-	-
Gastos:							
Juros e encargos similares	-	(355)	-	-	-	(2 100)	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	(31 825)	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	-	(32 154)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	(53)	-	-	-	-



	2014						
	Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Promoleasing	Associadas	CV Garante
Ativos:							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	693 651	11 120	1 013	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1 066 300	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	246 337	15 307	5 250	-	-
Crédito a clientes	-	-	4 014	-	-	-	-
Imparidade	-	-	(10 011)	(1 880)	-	-	-
Outros ativos	133	-	182	-	-	77 206	13 314
Passivos:							
Recursos de outras instituições de crédito	-	(6 223)	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(35)	-	(104 981)	(72 895)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(36 934)	-	-	-
Outros Passivos	-	(30)	(20 371)	(1 380)	-	(4 466)	-
Extrapatrimoniais:							
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	27 163	-
Rendimentos:							
Juros e rendimentos similares	3 107	-	290	-	-	16 030	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	-	58 935	-
Gastos:							
Juros e encargos similares	-	(559)	-	(2 788)	-	(857)	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	(1 639)	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	-	(37 131)	-



As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2015, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 26.046 (mCve. 23.928 no exercício de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 3.503 e mCve. 2.405, respetivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No cash flow leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI exceção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

RELATÓRIO & CONTAS 2015



	2015									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativos										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 704 040	-	-	-	-	-	-	-	-	2 704 040
Disponibilidades em outras instituições de crédito	613 195	-	-	-	-	-	-	-	-	613 195
Aplicações em instituições de crédito	2 239 437	63 917	322 807	2 326 721	-	-	-	-	-	4 952 882
Títulos de dívida pública	49 401	14 666	66 869	196 667	274 864	604 201	1 150 041	-	-	2 356 709
Crédito a clientes (saldos brutos)	326 575	94 020	82 336	1 994 034	1 211 861	2 102 463	2 115 072	6 450 028	-	14 376 389
	5 932 648	172 603	472 012	4 517 422	1 486 725	2 706 664	3 265 113	6 450 028	-	25 003 215
Passivos										
Recursos de outras instituições de crédito	(67 319)	(61 363)	(231 262)	(16 523)	(21 818)	(22 129)	-	-	-	(420 414)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6 618 624)	(1 539 109)	(1 717 463)	(7 137 276)	(5 053 932)	(63 149)	-	-	-	(22 129 553)
Outros passivos subordinados	(14 914)	-	-	-	-	-	(500 000)	-	-	(514 914)
	(6 700 857)	(1 600 472)	(1 948 725)	(7 153 799)	(5 075 750)	(85 278)	(500 000)	-	-	(23 064 881)
Diferencial	(768 209)	(1 427 869)	(1 476 713)	(2 636 377)	(3 589 025)	2 621 386	2 765 113	6 450 028	-	1 938 334

	2014									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativos										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4 038 922	-	-	-	-	-	-	-	-	4.038.922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	888 818	-	-	-	-	-	-	-	-	888.818
Aplicações em instituições de crédito	1 418 122	830	5.214	1.060.256	-	-	-	-	-	2.484.422
Títulos de dívida pública	203.378	14.781	234.415	30	561.721	505.820	887.657	-	-	2.407.802
Crédito a clientes (saldos brutos)	808.906	90.481	137.022	2.045.093	565.829	1.980.800	2.212.537	6.357.034	-	14.197.702
	7.357.166	106.091	376.651	3.105.379	1.127.550	2.486.620	3.100.194	6.357.034	-	24.017.666
Passivos										
Recursos de outras instituições de crédito	(101.762)	(36.302)	(108.983)	(12.470)	(21.818)	(21.818)	(11.282)	-	-	(314.435)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.518.892)	(1.626.125)	(3.076.469)	(6.980.760)	(2.181.494)	(412.371)	-	-	-	(20.796.111)
Outros passivos subordinados	(14.914)	-	-	-	-	-	(500 000)	-	-	(514 914)
	(6.635.568)	(1.662.427)	(3.185.452)	(6.993.230)	(2.203.312)	(434.189)	(511.282)	-	-	(21.625.460)
Diferencial	721.598	(1.556.336)	(2.808.801)	(3.887.851)	(1.075.762)	2.052.431	2.588.912	6.357.034	-	2.392.206



Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspetos que o Banco tem implementado:

a base para coberturas ativas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos ativos ou passivos;

os contratos de crédito prevêm possibilidade de alteração de taxas de juro sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de ativos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;

realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.

aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.

Risco de crédito

Para monitorizar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efetuar a avaliação do risco de crédito, e reporta diretamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objetivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e atualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira

de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:

- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- análise e aprovação de novos Produtos, seu preço e procedimentos.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em ações e títulos de rendimento fixo.



Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Títulos de dívida pública	2 356 709	2 407 802
Aplicações em instituições de crédito	4 952 882	2 484 422
Crédito a clientes	12 983 361	12 806 990
	17 936 243	15 291 412
Garantias e avals	2 635 551	3 137 154
Créditos documentários abertos	1 120	750 296
	2 636 671	3 887 450
Exposição máxima	22 929 623	21 586 664

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2015			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6 002 851	41 960	771 552	6 816 363
Vencido	205	4 484	2 068 032	2 072 721
	6 003 056	46 444	2 839 584	8 889 084
Crédito à habitação				
Vincendo	2 666 785	4 661	182 450	2 853 896
Vencido	-	91	70 479	70 570
	2 666 785	4 752	252 929	2 924 466
Outros créditos				
Vincendo	1 481 077	21 674	196 282	1 699 033
Vencido	5 487	3 855	153 775	163 117
	1 486 564	25 529	350 057	1 862 150
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	243 309	-	-	243 309
Vencido	-	-	33 715	33 715
	243 309	-	33 715	277 024
Total crédito vincendo	10 394 022	68 295	1 150 284	11 612 601
Total crédito vencido	5 692	8 430	2 326 001	2 340 123
Total de crédito	10 399 714	76 725	3 476 285	13 952 724
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	2 635 550	-	-	2 635 550
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a Setor Público				
Vincendo	-	1 121	-	1 121
Total de extrapatrimoniais	2 635 550	1 121	-	2 636 671



RELATÓRIO & CONTAS 2015

	2014			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	5 231 076	16 597	1 191 472	6 439 145
Vencido	453	1 189	2 192 291	2 193 933
	<u>5 231 529</u>	<u>17 786</u>	<u>3 383 763</u>	<u>8 633 078</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2 550 610	38 117	242 138	2 830 865
Vencido	-	185	64 652	64 837
	<u>2 550 610</u>	<u>38 302</u>	<u>306 790</u>	<u>2 895 702</u>
Outros créditos				
Vincendo	1 241 540	72 367	303 329	1 617 236
Vencido	2 973	4 411	146 382	153 766
	<u>1 244 513</u>	<u>76 778</u>	<u>449 711</u>	<u>1 771 002</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	168 343	-	42 789	211 132
Vencido	-	-	36 926	36 926
	<u>168 343</u>	<u>-</u>	<u>79 715</u>	<u>248 058</u>
Total crédito vincendo	9 191 569	127 081	1 779 728	11 098 378
Total crédito vencido	3 426	5 785	2 440 251	2 449 462
Total de crédito	<u>9 194 995</u>	<u>132 866</u>	<u>4 219 979</u>	<u>13 547 840</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	3 132 218	500 655	201 229	3 834 102
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a Setor Público				
Vincendo	-	-	46 302	46 302
Garantias pessoais				
Vincendo	7 046	-	-	7 046
Total de extrapatrimoniais	<u>3 139 264</u>	<u>500 655</u>	<u>247 531</u>	<u>3 887 450</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

"Créditos sem incumprimento"

- Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;

"Créditos com incumprimento"

- Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;

"Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 5.183.690 (mCve. 5.258.115 em 31 de dezembro de 2014), ascendendo a imparidade a mCve. 1.017.934 (mCve. 1.115.347 em 31 de dezembro de 2014). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objeto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise coletiva

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:



	2015				2014			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Imparidade	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Imparidade
Empresas	706 382	86 721	793 103	135 330	711 946	111 273	823 219	185 152
Particulares	220 844	28 209	249 053	57 189	378 333	27 646	405 979	65 037
	927 226	114 930	1 042 156	192 519	1 090 279	138 919	1 229 198	250 189

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 704 040	2 704 040	-	-	2 704 040
Disponibilidades em outras instituições de crédito	613 195	613 195	-	-	613 195
Ativos financeiros disponíveis para venda	255 200	255 200	-	23 522	278 722
Aplicações em instituições de crédito	4 952 882	4 952 882	-	-	4 952 882
Títulos de dívida pública	2 356 709	2 319 409	(37 300)	-	2 356 709
Crédito a clientes	10 869 238	10 792 378	(77 359)	2 113 624	12 982 862
	21 751 264	21 637 104	(114 659)	2 137 146	23 888 410
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	420 414	421 651	1 237	-	420 414
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 129 553	21 867 900	(261 653)	-	22 129 553
Outros passivos subordinados	514 583	517 353	2 770	331	514 914
	23 064 550	22 806 904	(257 646)	331	23 064 881

	2014				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4 038 922	4 038 922	-	-	4 038 922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	888 818	888 818	-	-	888 818
Ativos financeiros disponíveis para venda	252 469	252 469	-	28 772	281 241
Aplicações em instituições de crédito	2 484 422	2 484 422	-	-	2 484 422
Títulos de dívida pública	2 407 802	2 477 151	69 349	-	2 407 802
Crédito a clientes	10 297 375	10 077 406	(219 969)	2 509 615	12 806 990
	20 369 808	20 219 188	(150 620)	2 538 387	22 908 195
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	314 435	315 407	972	-	314 435
Recursos de clientes e outros empréstimos	20 796 111	20 845 162	49 051	-	20 796 111
Outros passivos subordinados	515 245	516 753	1 508	(331)	514 914
	21 625 791	21 677 322	51 531	(331)	21 625 460

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

As ações da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na Norma IFRS 13;

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na Norma IFRS 13.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de mercado das ações do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 19.387 e mCve. 22.484, respetivamente. O Banco valorizou as ações com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na



RELATÓRIO & CONTAS 2015

Bolsa de Valores de Cabo Verde. De referir que em fevereiro de 2015 realizou-se uma oferta pública de distribuição de 132.476 ações do BCA a um preço por ação de Cve. 3.504 o qual é consistente com o valor de balanço registado pelo Banco.

A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

O valor das ações da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 5.436, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O Banco manteve as ações ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldo não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das imparidades constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2015					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (salDOS brutos)	94 978	48 567	24 547	(25 061)	(50 623)	(103 189)
Total ativo sensível	94 978	48 567	24 547	(25 061)	(50 623)	(103 189)

	2014					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (salDOS brutos)	45 992	21 399	10 335	(9 665)	(18 716)	(35 169)
Total activo sensível	45 992	21 399	10 335	(9 665)	(18 716)	(35 169)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2015 e 2014, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2015	(18 672)	(9 510)	(4 928)	4 233	8 814	17 976
Exercício de 2014	(14 877)	(7 441)	(3 721)	3 721	7 441	14 883

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2015 e 2014, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.



De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2015				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 232 174	438 630	15 176	18 060	2 704 040
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37 375	441 746	102 564	31 510	613 195
Ativos financeiros disponíveis para venda	278 722	-	-	-	278 722
Aplicações em instituições de crédito	2 049 937	2 880 390	22 555	-	4 952 882
Títulos de dívida pública	2 356 709	-	-	-	2 356 709
Crédito a clientes (líquido)	11 302 237	1 680 625	-	-	12 982 862
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	73 529	-	-	-	73 529
Outros ativos	97 096	-	-	-	97 096
	18 427 779	5 441 391	140 295	49 570	24 059 035
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(330 707)	(86 149)	(3 558)	-	(420 414)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(21 643 082)	(347 567)	(112 665)	(26 239)	(22 129 553)
Outros passivos subordinados	(514 914)	-	-	-	(514 914)
Outros passivos	(99 560)	(3 797)	(8 760)	(30 814)	(142 931)
	(22 588 263)	(437 513)	(124 983)	(57 053)	(23 207 812)
Exposição líquida	(4 160 484)	5 003 878	15 312	(7 483)	851 223

	2014				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 624 720	372 247	14 917	27 038	4 038 922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	855 552	4 228	15 199	13 839	888 818
Ativos financeiros disponíveis para venda	281 241	-	-	-	281 241
Aplicações em instituições de crédito	2 466 250	-	18 199	-	2 484 449
Títulos de dívida pública	2 407 802	-	-	-	2 407 802
Crédito a clientes (líquido)	11 076 530	1 742 236	-	-	12 818 766
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	71 674	-	-	-	71 674
Outros ativos	61 576	-	-	-	61 576
	20 845 345	2 118 711	48 315	40 877	23 053 248
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(233 649)	(80 396)	(390)	-	(314 435)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20 457 546)	(281 987)	(46 515)	(10 063)	(20 796 111)
Outros passivos subordinados	(514 914)	-	-	-	(514 914)
Outros passivos	(122 858)	(3 797)	(8 760)	(30 814)	(166 229)
	(21 328 967)	(366 180)	(55 665)	(40 877)	(21 791 689)
Exposição líquida	(483 622)	1 752 531	(7 350)	-	1 261 559

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;

Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;

Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e



o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afecto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do

sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2015 e de 2014:



Gestão do Capital	Dezembro de 2014	Dezembro de 2015	Varição
Fundos Próprios de Base	1 368 178	1 474 875	106 697
Capital Social	1 000 000	1 000 000	-
Reservas e Prêmios	849 422	859 896	10 474
Resultado Líquido	5 237	2 531	(2 706)
Resultados Transitados e outros	(151 938)	(161 971)	(10 033)
Provisões adicionais	(334 543)	(225 581)	108 962
Fundos Próprios Complementares	508 348	509 365	1 017
Obrigações subordinadas	500 000	500 000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	8 348	9 365	1 017
Deduções aos Fundos Próprios totais	48 674	35 519	(13 156)
Participações em Instituições de Crédito	48 674	35 519	(13 155)
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1 827 852	1 948 721	120 870
Total do Ativo Ponderado	15 565 718	15 565 104	(614)

Rácios	Dezembro de 2014	Dezembro de 2015	Varição
Fundos Próprios de Base	8,79%	9,48%	0,69%
Fundos Próprios Complementares	3,27%	3,27%	0,01%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,31%	-0,23%	0,08%
Rácio de Solvabilidade	11,74%	12,52%	0,78%

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.



(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- O valor líquido de balanço dos ativos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completarem dois anos sobre a data em que os ativos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os ativos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada ativo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com

base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.



13. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROCC nº 43
Registo na CMAA nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +351 210 427 500
Fax: +351 210 427 050
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Interatlântico, S.A.R.L.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de mCve. 24.958.577 e um capital próprio de mCve. 1.737.293, incluindo um resultado líquido de mCve. 5.063, as Demonstrações dos Resultados, dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

Deloitte Auditoria e Contas S.A. (Deloitte Auditores) é uma sociedade limitada de responsabilidade limitada (SRL) em 4 e não se deve considerar os seus resultados ou os seus ativos e passivos líquidos separadamente. A 23% de cada uma das Partes interessadas nos seus resultados líquidos separados e independentemente. A 30% também referido como "Deloitte Auditores" para efeitos legais. Para mais informações sobre a estrutura legal da Deloitte Auditoria e Contas S.A. ou sobre os seus resultados líquidos separados, consulte o seu regulamento de constituição.

Taxa de retenção em vigor a 31 de dezembro de 2015: Capital Social: 50000000 Escudos (CSC) Líquido: 10000000 Escudos (L) SPC: 101 174 211
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Entidade no Registo: N.º de Segurança Social (N.º de Segurança Social): 101 4109 100 0000

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROCC nº 43
Registo na CMAA nº 231

Página 2 de 2

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

7. A carteira de crédito do Banco em 31 de dezembro de 2015 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. O Banco tem em curso medidas com vista à recuperação destes créditos e, na generalidade das situações, tem hipotecas sobre os respetivos terrenos ou imóveis. Neste contexto, o Banco tem vindo a receber por dação em cumprimento de créditos vencidos ou por via de execução judicial, imóveis que se encontram registados na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" e cujo montante líquido de imparidade em 31 de dezembro de 2015 ascende a mCve. 532.191. A concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito e aos imóveis está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde, dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso e do sucesso dos esforços a desenvolver pelo Banco ao nível da comercialização dos imóveis recuperados.
8. Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Lisboa, 15 de março de 2016

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

DT



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2015

Exmos. Senhores Acionistas do Banco Interatlântico, SA

Relatório

Nos termos do Código das Empresas Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a atividade desenvolvida em 2015, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e extensão julgadas adequadas a atividade do Banco, tendo procedido à análise sistemática da informação económica e financeira apresentada pela Comissão Executiva.

O Conselho Fiscal realizou contactos com o Presidente da Comissão Executiva para obtenção de informação sobre a evolução da situação económico-financeira do Banco e o Presidente do Conselho Fiscal assistiu a reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho efetuou reuniões formais onde analisou as Demonstrações Financeiras trimestrais do Banco e, para além de outros contactos estabelecidos, reuniu com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para análise conjunta de matérias inseridas no âmbito da competência de ambos os órgãos.

Por outro lado, em complemento da informação documental recolhida, foram feitos contactos com Responsáveis por Departamentos internos do Banco, designadamente com os Gabinetes de Gestão de Risco, Auditoria Interna, Compliance e Contabilidade, em ordem ao conhecimento aprofundado da respetiva situação.

Av. Cidade de Lisboa, CP 131-A
Cod. Postal 7502 - Praia, Santiago - Cabo Verde
Tel: (+238) 261 40 08 / 261 44 25 / 261 38 29
Fax: (+238) 261 47 52 / 261 42 53
Site: www.bicv - Email: bi@bicv

Relatório aprovado pelo Conselho Fiscal

Ainda no âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal procedeu na Agência Central do Banco à conferência dos valores em còfre e analisou os principais atos de gestão a partir da consulta das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em 30 de Maio de 2015, o Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto da alínea a) do nº 5 e da alínea b) do nº 6 do artigo 25º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, de 25 de Junho, e do disposto no Aviso nº 2/95 e alterações introduzidas pelo Aviso nº 5/99 do Banco de Cabo Verde, emitiu o seu Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco.

Parecer

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio e do respetivo Anexo referentes ao exercício de 2015, os quais refletem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual inclui duas ênfases relacionadas com (i) montantes relevantes de crédito a empresas do setor imobiliário e da construção e (ii) eventuais impactos da aplicação do novo código de IRPC, com as quais concordamos.

Como indicadores positivos mais relevantes da atividade do Banco em 2015, salienta-se:

- O crescimento de 6,1% do Ativo líquido do Banco, que está sobretudo justificado pelo aumento verificado nas Aplicações em Instituições de Crédito, mais 2 468,5 milhares de contos (+ 99,4%) que em 31 de dezembro de 2014. O “funding” destas aplicações teve origem, em grande parte, no crescimento dos depósitos de clientes em 2015, no montante de 1 333,4 milhares de contos (+6,4%).
- A diminuição de 10,2% do crédito vencido, fruto do trabalho de recuperação levado a efeito pelo Banco, não obstante as condições conjunturais adversas que ainda se verificam.
- O aumento de 28% da Margem Financeira, como resultado do efeito conjugado do aumento dos juros do crédito (+5,7%) com a diminuição dos

Av. Cidade de Lisboa, CP 131-A
Cod. Postal 7502 - Praia, Santiago - Cabo Verde
Tel: (+238) 261 40 08 / 261 44 25 / 261 38 29
Fax: (+238) 261 47 52 / 261 42 53
Site: www.bicv - Email: bi@bicv

Parecer aprovado pelo Conselho Fiscal



Em conformidade com o exposto e tendo em consideração que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos estão conformes as Normas Internacionais de Relato Financeiro e que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a atividade desenvolvida em 2015, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- b) Aprove a Aplicação de resultados proposta.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e ao Auditor Externo pela colaboração prestada.

Praia, 23 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL,

João de Sousa Martins, Presidente

Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes, Vogal
(Auditor Certificado n.º 31)

Pedro José Sapinho Rodrigues Pires, Vogal

Av. Cidade de Lisboa, CP 131-A
Cód. Postal 7602 - Praia, Santiago - Cabo Verde
Tel: (+238) 261 40 08 / 261 44 25 / 261 38 29
Fax: (+238) 261 47 52 / 261 42 53
Site: www.bi.cv - Email: bi@bi.cv



Banco Interatlântico

Av. Cidade de Lisboa | CP 131 - A | Praia - Santiago - Cabo Verde | Telefone: + (238) 260 36 86 / 260 36 87 | Fax: +(238) 261 47 52 | E-mail: bi@bi.cv | Site: www.bi.cv